

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Maurício Del Buono Ramos

**Os usos da palavra golpe como repertório linguístico
do processo de impedimento de 2016 no jornal O
Estado de S. Paulo**

São Paulo

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Maurício Del Buono Ramos

**Os usos da palavra golpe como repertório linguístico
do processo de impedimento de 2016 no jornal O
Estado de S. Paulo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Prof.(a). Dr(a). Mary Jane Paris Spink.

São Paulo

2019

Maurício Del Buono Ramos

**Os usos da palavra golpe como repertório linguístico do processo de
impedimento de 2016 no jornal O Estado de S. Paulo**

Aprovado em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que de alguma forma me ajudaram a concluir este trabalho. Gostaria de agradecer especialmente a minha família, por todo apoio e suporte necessário. Também sou grato a todo o núcleo de pesquisa e minha orientadora Mary Jane pelos anos de parceria. Aos amigos, colegas, professores e demais parceiros de empreitadas, jamais serão esquecidos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os usos do termo golpe como repertório linguístico do processo de impedimento de Dilma Rousseff no jornal O Estado de S. Paulo. O ponto de partida deste trabalho é a importância historiográfica e política da palavra golpe junto com a sua complexidade na língua portuguesa. A base teórica se apoia sobre o construcionismo estudado no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (NUPRAD), da PUC-SP. Os três principais autores e seus respectivos livros utilizados como embasamento são: Mary Jane Spink, “Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano”; Mikhail Bakhtin, “Os Gêneros do Discurso” e John B. Thompson, “Ideologia e Cultura Moderna”. Os objetivos específicos são: analisar a proposta editorial do jornal, levantar todas as matérias relacionadas ao impedimento que aparecem na capa do jornal e analisar todas as matérias contendo a palavra golpe em seu título ou corpo. A análise foi realizada através de eixos temáticos embasadas por aspectos de legitimação através do discurso.

Palavras-chave: Golpe – Impedimento - Práticas Discursivas.

ABSTRACT

The objective of this paper is to identify the uses of the term coup as a discursive repertoire in the impeachment of Dilma Rousseff in the O Estado de S. Paulo newspaper. The argument of this paper is derived from the historiographic importance of the word coup in Brazil's politics and its complexity in the Portuguese language. The theoretical approach is based on Constructionism studied in the Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (NUPRAD), PUC-SP. The three main authors and their respective publications are Mary Jane Spink "Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano"; Mikhail Bakhtin "Speech Genres" and John B. Thompson, "Ideology and modern culture". The specific objectives are: to analyze the editorial proposal of the newspaper, map all articles related to the impeachment that appears on the main page and analyze all articles containing the word coup in its title or body. The analyses were done through discourse legitimation aspects that derive into two thematic axes.

Keywords: Coup – Impeachment – Discursive Practices

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Levantamento de todas as matérias sobre o impedimento.....53

Tabela 2. Levantamento de matérias contendo a palavra golpe.....54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das matérias contendo a palavra golpe.....	54
---	-----------

SUMÁRIO

Prólogo	11
Introdução	Erro! Indicador não definido.
1. Base teórica.....	24
1.1 Linguagem e Produção de Sentidos	24
1.2 Ideologia e cultura moderna	28
2. Objetivos e procedimentos	30
2.1 Objetivos.....	30
2.2 Procedimentos.....	30
2.3 Aporte metodológico.....	32
2.3.1. Autorização.....	33
2.3.1.1 Autoridade pessoa.....	33
2.3.1.2 Autoridade especialista.....	34
2.3.1.2 Autoridade exemplar.....	35
2.3.1.3 Autoridade impessoal.....	36
2.3.1.4 Autoridade da tradição.....	37
2.3.1.5 Autoridade da conformidade.....	37
2.3.2 Avaliação moral.....	39
2.3.2.1 Adjetivos avaliativos.....	39
2.3.2.2 Abstração.....	40
2.3.2.3 Comparação.....	41
2.3.3 Racionalidade.....	42

2.3.3.1 Racionalidade instrumental.....	43
2.3.3.2 Racionalidade teórica.....	45
2.3.4 Mitopoese.....	45
2.3.5 Legitimação multimodal.....	47
3. Resultados.....	48
3.1. A proposta editorial de O Estado de S. Paulo.....	48
3.2. Levantamento das matérias.....	52
3.2.1 Levantamento do total de matérias sobre o impedimento...52	
3.2.2 Levantamento das matérias contendo golpe no título/corpo.....	53
3.3. Análise das matérias contendo a palavra golpe.....	54
4. Considerações finais.....	68
Referências bibliográficas.....	71

PRÓLOGO

Há o costume nos programas de psicologia social de incluir um breve prólogo pessoal em monografias e teses. Nele, o autor possui espaço para descrever brevemente sua trajetória a qual culmina na finalização, ou redação, do trabalho. A importância deste pequeno trecho está em entender as motivações e anseios do autor e como isto se relaciona com o tema e a produção do trabalho. Se isto possui relevância para psicólogos sociais, também deve possuir relevância para os estudos do discurso. Foucault (2006) relaciona o enunciador do discurso com o enunciado, contemplando a importância de se conhecer o emissor do discurso:

Trata-se do autor. O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo pagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é de regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel; na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, [...], considerada como recebendo de seu autor valor científico. (FOUCAULT, 2009, p. 26).

Dediquei-me até hoje, ao estudo da política. Formei-me tardiamente em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), após um abandono na metade do curso de Medicina, o qual despertou-me o desejo de estudar as relações de poder. Na graduação, concluí meus estudos apresentando uma monografia sobre o esporte como ferramenta de imperialismo cultural. Em seguida, tornei-me especialista com a pós-graduação em Ciência Política também pela FESPSP, com um estudo sobre a fundação moral da política entre alunos da graduação. Este trabalho interdisciplinar, o qual englobou psicologia social, moralidade e discurso me levou, eventualmente, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo (PUC-SP), no Núcleo de Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (NUPRAD). A interdisciplinaridade curricular sempre teve a política como eixo norteador, e entendi a comunicação e o marketing político como integrantes neste eixo, assim, ingressei na especialização em Marketing Político e Propaganda Eleitoral na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Ter um conhecimento diversificado na área das ciências humanas é fundamental para se ter uma visão multidisciplinar da sociedade e sua política. Almejo ter produções acadêmicas e experiências práticas nas mais variadas áreas do saber político, como a comunicação política, psicologia política, teoria política, relações internacionais, política pública, entre outros.

Sempre me pareceu, ao menos na minha experiência pessoal, pequena a praticidade dos trabalhos e estudos acadêmicos nas ciências sociais. Assim, para esta monografia, procurei, desde o início, agregar algo novo e prático para o campo da análise discursiva. Ao que tudo indica, no momento da redação deste texto, o Brasil se encontra frente a uma grande mudança de correlação de forças políticas, algo que deverá causar uma mudança pragmática nas práticas e teorias políticas até então vigentes. Espero que este trabalho possa ajudar nesta nova compreensão.

INTRODUÇÃO

Poucas palavras assombram tanto a história do Brasil como a palavra golpe. A historiografia se divide no uso do termo para muitos eventos na história republicana brasileira. As bruscas alternâncias de poder são constatadas na queda da monarquia em 1889, no fim da primeira república em 1930, no início do regime militar em 1964 e, por último, de acordo com artigos e intelectuais, com o impedimento de Dilma Rousseff em 2016. Isto sem contar inúmeros levantes e movimentos militares e civis fracassados ao longo da história moderna.

Partindo do pressuposto da contundência da palavra no debate político contemporâneo e histórico do Brasil, levanta-se também, para fins de justificativa deste trabalho, sua complexidade na língua portuguesa e as diversas formas de uso, tanto conceitual como adjetivada.

Segundo Mikhail Bakhtin, a palavra dicionarizada permanece neutra até a sua utilização, desta forma, é importante estudar os usos da palavra. Para isso, este estudo se ergue sobre teorias e procedimentos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (NUPRAD), da PUC-SP. E dentro dessas práticas salienta-se a importância de trabalhar com documentos de domínio público, inclusos veículos de comunicação de massa.

O objetivo deste trabalho é identificar os usos políticos do termo golpe no jornal O Estado de S. Paulo durante o processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Uso do jornal como foco de pesquisa

A escolha do uso do jornal – impresso e digital – como foco desta pesquisa origina-se no fato de ser um veículo de comunicação de massa. Segundo John B. Thompson, o estudo da comunicação de massa recebe pouca atenção nas ciências sociais e políticas.

Apesar da crescente importância da comunicação de massa no mundo moderno, sua natureza e implicações receberam relativamente pouca atenção na literatura da teoria social e política. Até certo ponto, esta negligência deve-se a uma divisão disciplinar do trabalho: teóricos sociais e políticos se contentaram – erroneamente, a meu ver – em deixar o estudo dos meios de comunicação de massa a especialistas em pesquisa da mídia. (THOMPSON, 1995)

Bakhtin também sustenta a importância da perspectiva linguística ao abrir o seu texto *Gêneros do discurso*, aqui traduzidos para efeitos didáticos como gêneros de fala:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. (BAKHTIN, 2016)

Ao usar a mídia como objeto de pesquisa, mantém-se o foco em sua força de fazer circular repertórios interpretativos ligados ao termo golpe, fazendo presente e recriando os enunciados de especialistas de áreas diversas do conhecimento para falar sobre as experiências sociais. Certamente as ciências sociais avançaram desde as palavras de Thompson, entretanto, novos meios de comunicação de massa surgiram, como as mídias sociais. Se a importância da comunicação de massa aumentou nos últimos 20 anos, também deve aumentar o estudo desses meios de comunicação pelos teóricos sociais e políticos. Este trabalho converge dois pontos importantes na citação de Thompson: primeiro, o reconhecimento da importância de veículos de comunicação de massa ao entender sua influência nas práticas discursivas e, por isso, na circulação de repertórios linguísticos; segundo, ao eliminar a divisão interdisciplinar do trabalho e permitir um diálogo interdisciplinar, como é característico da Psicologia Social. Ressalta-se aqui

que esta dissertação trata-se de usos de uma palavra: golpe que, por sua vez, é um dos repertórios para falar de rompimento de processos políticos.

Ao escolher trabalhar com a circulação de repertórios interpretativos e seus usos na mídia impressa, assume-se seu conteúdo como documentos de domínio público. Segundo Peter Spink:

Eticamente estão abertos para a análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, o âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas. (P. SPINK, 1999)

Dessa forma, o uso da mídia impressa se faz necessário com base no objetivo da pesquisa. Tomando como base o artigo Perigo, Probabilidade e Oportunidade: A Linguagem dos riscos na Mídia de Mary Jane Spink, Ricardo Pimentel Melo e Benedito Medrado, pela semelhança de procedimentos com o presente trabalho, os autores justificam o uso da mídia impressa – no caso A Folha de S. Paulo:

Argumentando que qualquer jornal fornece uma 'janela para o mundo', refletindo, pela própria natureza do jornalismo, as questões que são definidas num dado período histórico como 'notícia ou informação', decidimos focalizar um único jornal, tomando-o como 'vitrine para as idas e vindas dos sentidos (SPINK; MEDRADO e MELO, 2002)

Neste trabalho, optou-se pela escolha do uso do Estado de S. Paulo sobre a Folha de S. Paulo, uma vez que esta foi fundada em 1921 e aquela em 1875. Como este trabalho entende uma perspectiva analítica da consolidação da

república como golpe de estado, optou-se pelo uso do jornal vigente naquela época. Além disso, o Estado de S. Paulo conta com duas edições, a edição São Paulo e a edição Brasil. Por motivos de logística, a edição Brasil é impressa antes da edição São Paulo, desta forma, para a edição veiculada no estado de São Paulo, a redação tem mais tempo para conclusão do jornal, tornando-o mais completo. Desta forma, optou-se pela análise da edição São Paulo.

A escolha do estudo de uso do termo golpe como um dos repertórios linguísticos para falar de rompimentos institucionais recaí sobre a contemporaneidade em pauta nos debates políticos e sociais e por sua importância na historiografia brasileira. Esta parte da justificativa está desmembrada em duas investigações, a importância histórica e a complexidade linguística da palavra.

Historiografia e golpe

O termo golpe ainda é muito discutido na historiografia brasileira apesar de visões históricas já consolidadas. Uma análise profunda historiografia está fora do escopo do presente trabalho, desta forma este item serve para salientar que existe um debate acadêmico sobre o termo.

O historiador Laurentino Gomes publicou um artigo no jornal El País em 2014 sobre como a história entende, ou melhor, conceitua os fatos ocorridos em 31 de março de 1964. O autor considera que há uma controvérsia, na sociedade, sobre o que realmente aconteceu no país. De um lado, para os militares, houve uma revolução. Alguns militares chegam até mesmo a chamar de contrarrevolução. Do outro lado, o resto, ou pelo menos a maior parte da sociedade civil, considera que o golpe militar de 64 instaurou uma ditadura no Brasil. O autor menciona o aspecto interpretativo da história:

A história, como se sabe, nem sempre é feita de julgamento isentos e objetivos de fatos e personagens. A maneira como nós olhamos o passado depende de valores, convicções e necessidades do

presente, o que se reflete na forma semântica com que batizamos os eventos históricos. Exemplos disto são as datas 1889, 1930 e 1964. Em 1889, (...) o marechal Deodoro da Fonseca derrubou a monarquia à frente de tropas do Exército que sitiaram os ministros do imperador Pedro II (...). Na aparência e no conteúdo foi, portanto, um “golpe militar” contra o império. (GOMES, 2014)

Visão também compartilhada por José Murilo de Carvalho em uma matéria escrita por Vinicius Mendes e publicada peça BBC Brasil intitulada “Proclamação da República: por que, 128 anos depois, historiadores concordam que monarquia sofreu um ‘golpe’”.

A ideia de que a proclamação da República foi um “golpe” é engrossada pelo historiador José Murilo de Carvalho [...] de acordo com Murilo, não apenas foi um golpe como ele não contou com a participação popular, o que fortalece o argumento de ilegitimidade apresentado pelos atuais monarquistas. (MENDES, 2017)

Laurentino Gomes desenvolve o pensamento considerando as três datas – 1889, 1930 e 1964 como golpes militares, pois foram executados mediante o uso da força para afastar do poder as lideranças. Mas como nesses casos as forças armadas serviram de instrumento para lideranças civis, tais eventos também podem ser considerados golpes civis.

Laurentino Gomes considera que essas divergências semânticas decorram em como a história, ou os historiadores, consideram ou deixam de considerar um momento histórico. Desta forma, passou para a história, respectivamente a institucionalização e uso dos termos Proclamação da República, Revolução de 30 e Golpe Militar. O autor acredita que:

[...] essas nomenclaturas refletem também uma certa evolução política da sociedade brasileira. No passado, intervenções violentas nas instituições e no processo político tendiam a ser aceitas de

forma mais natural – como ocorreu em 1889 e 1930. Isso já não aconteceu em 1964, ano em que, embora uma parte da sociedade civil tenha aceito e até instrumentalizado as forças armadas para a tomada do poder, uma outra parte, hoje majoritária, não sancionou a intervenção. (GOMES, 2014)

Palavra neutra da linguagem – sua complexidade linguística

O estudo de práticas discursivas deve passar previamente por uma análise dos usos institucionais através de dicionários. Mikhail Bakhtin considera a palavra dicionarizada como a Palavra Neutra da linguagem - uma das três dimensões da palavra. As outras duas dimensões são a Palavra do Outro, isto é, como os outros a utilizam e a Minha Palavra, ou seja, como eu a utilizo. As relações e intersecções dessas dimensões é a Interanimação Dialógica, segundo a autora (M. J. SPINK, 2010). Por isso, faz-se imprescindível seu estudo. De certo, podemos encontrar definições já em desuso, entretanto, cabe neste capítulo descrever a complexidade do uso da palavra golpe através da consulta de três dicionários; Dicionário Houaiss, Dicionário de Política e Dicionário Analógico da Língua Portuguesa. Estas três fontes para usos distintos servem para reforçar a dinamicidade e a variedade do termo sob análise.

O ponto de partida seria a definição de uso mais comum na língua portuguesa, desta forma vemos como o Dicionário Houaiss define a entrada golpe:

gol.pe *s.m.* 1 movimento forte, rápido, inesperado 2 choque, pancada <mostrou marcas dos g. no seu corpo> 3 *p.ext.* ferimento com corte 4 *fig.* Manobra desleal; estratégia ■ g. de estado *loc.* *Subst.* tomada do poder pela força ~ golpeamento *s.m.* (HOUAISS, 2010)

Percebemos o uso objetivo da palavra assim como o uso subjetivo, através do sentido figurativo, neste caso, o sentido político de golpe de estado. Neste caminho, torna-se indispensável seguir a linha de raciocínio e aprofundar no sentido figurado da palavra. O Dicionário de Política é o caminho natural para realizar este aprofundamento. Ainda que seus verbetes sejam derivados de uma linguagem com sentido mais comum, temos a opção de mergulhar numa multiplicidade de fenômenos históricos e sociais complexos assim como o uso da palavra golpe. Segundo Norberto Bobbio:

[...] o escopo deste dicionário é o de oferecer a um leitor [...] uma explicação e uma interpretação simples e possivelmente exaustiva dos principais conceitos que fazem parte do universo do discurso político, expondo sua evolução histórica, analisando sua utilização atual e fazendo referência aos conceitos afins ou contrastivamente antitéticos, indicando autores e obras a eles diretamente ligados. (BOBBIO, 2009)

O autor alerta ao fato de o termo ter se modificado ao longo dos anos. Segundo Bobbio, as diferenças estão relacionadas à mudança de atores, ou seja, quem o faz, e à forma do próprio ato, ou seja, como é feito. Entretanto, um terceiro elemento se mantém unificado em todas as épocas, como um traço de união entre as diversas configurações; “O golpe de estado é um ato realizado por órgãos do próprio estado. Apesar do dicionário ter uma preferência pela linguagem francesa, podemos afirmar que, pelo menos nesta língua, a palavra – *coup d’État* – surge no século XVII.” (BOBBIO, 2009). Com o constitucionalismo, a adaptação que o termo ganhou foi relativo a quebra de legalidade constitucional. O autor usa a definição do dicionário francês do Larousse:

O termo foi-se precisando paulatinamente, sobretudo com o advento do constitucionalismo; durante a vigência deste, faz-se referência às mudanças no Governo feitas na base da violação da Constituição legal de estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político. O Dicionário

Larousse consagra a tradição Francesa do termo definindo o Golpe de Estado como uma *violation délibérée des formes constitutionnelles par un government une assemblée ou un groupe de personnes qui détiennent l'autorité*. (BOBBIO, 2009)

O autor ainda discorre sobre outros debates a respeito do tema, como por exemplo a diferenciação entre golpe de estado e revolução, ou a relação entre golpe de estado e golpe militar. Este último ainda confirma a possibilidade de desmembramento de verbetes adjetivados com a palavra golpe. Por fim, o autor encerra oferecendo uma interpretação de golpe de estado como método para a análise histórica, política e social. Bobbio reforça a necessidade de identificação de indicadores para uma definição histórica de golpe de estado.

[...] podemos identificar indicadores como estes:

- 1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.
- 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.
- 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe.
- 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.
- 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos (BOBBIO, 2009)

O termo substantivado, como o acima descrito, isto é, golpe de estado, infere numa gama complexa de representações e significados. Desta forma, já tendo descrito o uso da palavra golpe em seu sentido de substantivo e no seu sentido figurado e adjetivado, falta aprofundar no uso de ideias afins, isto é, seu agrupamento analógico. Também conhecido como dicionário de ideias afins – ou em inglês, thesaurus – o dicionário analógico é utilizado para agrupar ideias e palavras afins, facilitando ou criando oportunidades de comunicação e expressão de ideias. Segundo o prólogo do próprio dicionário:

O dicionário analógico da língua portuguesa, como todo dicionário analógico, tem função inversa à de um dicionário comum, o qual a partir de uma palavra conhecida informa seus significados. Neste, busca-se uma palavra, entre muitas análogas, em uma área de significados conhecida e classificada numa frondosa árvore de classificações. (AZEVEDO, 2010).

Neste caso, sob certo ponto de vista, é possível entender o dicionário analógico não apenas como um léxico de palavras neutras, como propõe Bakhtin, mas também como uma segunda dimensão da palavra, a Palavra do Outro, ou seja, como os outros a utilizam e talvez incluí até mesmo a terceira dimensão, Minha Palavra. De certo, pode-se extrair análises muito ricas de Interanimações Dialógicas nesse dicionário, por isso opta-se por incluir aqui uma breve pesquisa. Ao pesquisar o termo golpe no dicionário analógico, encontramos uma variada possibilidade de adjetivações e expressões: golpe de audácia, golpe de estado, golpe de mestre, golpe de misericórdia, golpe de montante, golpe de morte, golpe de vento, golpe de vista, golpe decisivo, golpe do baú, golpe feliz, golpe feliz/acertado/estratégico/de mestre, golpe feliz/ousado/certeiro, golpe final, golpe infeliz/desastrado/errado/antiestratégico/antipolítico, golpe mortal, golpe ou tiro de misericórdia e golpe por golpe. Não cabe nesta pesquisa o aprofundamento em casa expressão, de toda forma registra-se um potencial de pesquisa para a continuidade desta monografia.

O dicionário analógico classifica as palavras em 6 classes: Relações Abstratas, Espaço, Matéria, Entendimento, Vontade e Afeições. Encontramos ideias afins referente à palavra golpe em todas as 6 classes. Há ideias afins com 12 palavras; destruição (Relações Abstratas); Impulso (Espaço); dor física (matéria); ceticismo (entendimento); mal, plano, ação, astúcia, ataque, insucesso (vontade) e; sofrimento, dolorimento – fonte, causa de sofrimento (Afeições). E mesmo em casa ideia afim podemos criar relações com sinônimos e antônimos.

Como podemos perceber, o uso da palavra golpe é abrangente e para entender os seus usos nas práticas discursivas cotidianas são necessários métodos e procedimentos próprios da psicologia social, em específico, da chamada psicologia discursiva.

Estrutura da dissertação

Além do prólogo e da introdução, este trabalho está estruturado em 4 capítulos: Bases teóricas, Objetivos e procedimentos, Resultados e Considerações Finais. O prólogo contempla o repertório pessoal, isto é, o contexto histórico e intelectual da autoria do trabalho o qual é essencial para dar sentido ao tema do mestrado. A introdução é destinada a situar e contextualizar o plano de fundo do trabalho e seu direcionamento, junto com os objetivos e procedimentos.

O primeiro capítulo se refere a base teórica utilizada, neste caso o construcionismo estudado do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (NUPRAD), da PUC-SP.

O segundo capítulo compreende os objetivos e procedimentos, incluso o aporte teórico.

O terceiro capítulo se destina a descrever os resultados obtidos. Está dividido em três partes: a caracterização da proposta editorial do jornal Estado de S. Paulo, o levantamento de todas as matérias relativas ao impedimento na capa do jornal e análise de matérias do jornal com a palavra golpe.

O último capítulo contempla as considerações finais do trabalho.

1. BASE TEÓRICA

A base teórica deste trabalho se desmembra em duas vertentes, a primeira diz respeito à linguagem, para isto utiliza-se como fundamento o livro *Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano* de Mary Jane Spink e *Os Gêneros do Discurso* de Mikhail Bakhtin. Em um segundo momento, no que diz respeito ao uso de meio de comunicação de massa, usa-se o livro *Ideologia e Cultura Moderna* de John B. Thompson.

1.1. Linguagem e Produção de Sentidos

Os sentidos do termo golpe, as práticas sociais e políticas, as transformações históricas de narrativas sobre golpe – ligados ao contexto histórico de sua origem – e a centralidade midiática na construção de espaços de significação confluem no ponto de vista teórico que busca desvendar a produção de sentido no cotidiano da sociedade. (M. J. SPINK, 1999)

A produção de sentidos é tomada como um fenômeno linguístico (na medida em que a linguagem é uma prática social geradora de sentido) que se expressa nas práticas discursivas que atravessam o cotidiano colocando em movimento os repertórios interpretativos culturalmente disponíveis. Trata-se de referencial ancorado no construcionismo (Gergen, 1985; Ibáñez, 1993) e alinhado aos psicólogos sociais que trabalham de formas variadas com práticas discursivas (Billig, 1996; Parker, 1989; Potter, 1996; Shotter, 1993; entre outros.) (SPINK, 2002)

Como a linguagem é trabalhada em diferentes domínios de saber, na psicologia social, o foco é no papel da linguagem nas interações sociais cotidianas. Como a linguagem em uso é uma prática social, é necessário trabalhar a relação

entre os aspectos performáticos da linguagem, isto é, quando, de que modo, em que condições e com que intenção ocorre a interação, e as condições de sua produção, isto é, o contexto social e interacional e no sentido foucaultiano de construções históricas. (M. J. SPINK, 2010)

A processualidade da linguagem em uso se diferencia da abordagem das representações sociais. As representações sociais são bases teóricas que fundamentam a prática do discurso do sujeito coletivo. Os autores Marília Figueiredo, Brasília Chiari e Bárbara Goulart, definem ambos estes conceitos:

O DSC tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e permite, através de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades.

As representações sociais são esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu cotidiano, juízos ou opiniões; são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, de uma realidade comum a um conjunto social. (FIGUEIREDO, CHIARI e GOULART, 2013).

A abordagem de análise de práticas discursivas se diferencia das representações sociais uma vez que visa entender a maneira pelas quais as pessoas produzem sentido e se posicionam nas relações sociais, isto é, a prática individual de usos da linguagem. M. J. SPINK enfatiza a diferenciação entre as práticas discursivas das Representações Sociais:

Ao trabalhar com práticas discursivas não estamos procurando estruturas ou formas usuais de associar conteúdo. Partimos do pressuposto que esses conteúdos se associam de uma forma em determinados contextos, e de outras formas em outros contextos. Os sentidos são fluídos e contextuais. Os repertórios são colocados em movimento nos processos de interanimação dialógica que, nas teorizações de Bakhtin (1994), integram as unidades básicas da linguagem e da comunicação. (SPINK, 2010)

A autora distingue Práticas Discursivas de discurso:

Adotamos o termo práticas discursivas em preferência a discurso. Preservamos o termo discurso para falar do uso institucionalizado da linguagem e sistemas de sinais do tipo linguístico (Davies e Harré, 1990). Essa proposta é interessante, porque permite fazer a distinção entre práticas discursivas – as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas – e o uso institucionalizado da linguagem – quando falamos a partir de formas de falar próprias a certos domínios de saber, a Psicologia, por exemplo. (SPINK, 2010)

Trabalhar com a linguagem em ação é focalizar como as pessoas podem produzir sentidos e se posicionar nas relações sociais. As práticas discursivas são constituídas por três elementos: a dinâmica, as formas e os conteúdos. A primeira nada mais é do que os enunciados.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo de comunicação. (BAKHTIN, 2016)

A segunda é também conhecida como gêneros de fala que, segundo Bakhtin, são formas mais ou menos estáveis de enunciados. Por último, os conteúdos são os repertórios linguísticos, os quais são:

Conjuntos de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem que estão frequentemente agrupadas em torno de metáforas ou imagens, utilizando construções e estilos gramaticais próprios. São as unidades de construção dos discursos e demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas. (M.J. SPINK; MEDRADO; MELLO. 2002).

O conceito de repertórios linguísticos permite estudar melhor conteúdo e processos.

O NUPRAD trabalha com a questão do tempo na linguagem em uso fazendo distinção entre: tempo longo, tempo vivido e tempo curto. O tempo longo leva em conta a circulação histórica de repertórios e é usado para explicar repertórios com base nas condições de produção. O tempo vivido se usa para falar de socialização, pois os contextos de socialização definem oportunidades de contato com repertórios. Por último, o tempo curto é o tempo das interações, ou no entendimento de Bakhtin, é o tempo da interanimação dialógica, é onde tempos a oportunidade de compreender a dinâmica da produção de sentidos.

O sentido se dá num processo interativo, pois é impossível produzir sentido individualmente.

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (M. J. SPINK, 2010)

O sentido como construção social se refere a um contexto social e histórico em que o indivíduo se relaciona. Assim, para Bakhtin, o sentido se daria pela análise de gêneros simples e complexos.

A diferença entre os gêneros (ideológicos) primário e secundário é imensa e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes); a orientação unilateral centrada nos gêneros primários redundaria fatalmente na vulgarização de todo o problema [...] A própria relação mútua dos gêneros primários e secundários, bem com o processo de formação histórica dos últimos, lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia, linguagem e visão de mundo). (BAKHTIN, 2016)

1.2 Ideologia e Cultura Moderna

Com base nos trabalhos de John Thompson, podemos definir mídia como a “produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação e conteúdos simbólicos” (1995, p.26) A mídia configura-se como um sistema cultural complexo, abarcando tanto a dimensão simbólica ao se relacionar com a produção, armazenamento e circulação de materiais fonte de significados para quem produz e quem consome, assim como a dimensão contextual, isto é, de tempo e espaço, que leva a entender suas produções como fatos sociais colocados em contexto com aspectos técnicos e comunicativos, de propriedades estruturadas e estruturantes.

Os novos avanços tecnológicos trouxeram alterações específicas na comunicação de mídia, ao apresentar mudanças sólidas das formas de experimentar a subjetividade, as quais podem ser percebidas a partir de novas possibilidades de interação. Interessante ressaltar neste momento que o livro original foi escrito em 1990, muito antes da larga difusão da internet e mídias sociais. Pode-se afirmar que passados quase 30 anos de sua publicação, o pensamento de Thompson continua não só atual como mais importante e contundente nas novas formas de comunicação – isto é, a comunicação digital -

embora certamente se faz necessário uma atualização, ou pelo menos, uma ressignificação dos seus conceitos mediante as práticas digitais de socialização e comunicação.

O autor considera as modalidades clássicas de comunicação: face-a-face e a mediada pela tecnologia; mas pensando além dessas fronteiras, ele propõe também a modalidade de quase-interação-mediada. Esse termo se refere às relações sociais produzidas com o surgimento da comunicação de massa. Na interação mediada, a comunicação é processada na ruptura de barreiras de espaço ou tempo, fato observado também na comunicação de massa, mas as diferenças recaem sobre o fato da comunicação não estar dirigida a uma pessoa especificamente, mas sim, a um outro generalizado e o fato de o diálogo entre os emissores e receptores não ser recíproco, isto é, há uma lacuna de tempo entre a emissão e a recepção. Tal fato pode ser percebido em livros, jornais, revistas, noticiários e portais de internet.

Spink se aprofunda na leitura de Thompson e sugere a seguinte abordagem para a adjetivação do autor:

[...] partindo do pressuposto de que as interações são sempre mediadas, seja por dispositivos eletrônicos ou pela diversidade de vozes (instituições, amigos, leituras, etc) e pelo jogo de posicionamentos que se fazem presentes no momento da dialogia, os adjetivos mediada e quase mediada são aqui empregados para demarcar níveis distintos de interação humana gerados pela inovação tecnológica. (M. J. SPINK; FREZZA, 2002)

Para este trabalho, conclui-se que os veículos de mídia de massa são poderosos por criar e fazer circular conteúdos simbólicos, por possuírem um poder transformador na sociedade e na linguagem e por reestruturarem os espaços de interação permitindo novas formas de produção de sentido.

2 Objetivos e procedimentos

Este capítulo se refere aos objetivos e seus respectivos procedimentos.

2.1 Objetivos

O objetivo principal é analisar os usos da palavra golpe como repertório linguístico político no Estado de S. Paulo durante o processo de impedimento da presidente em 2016, isto é, entre 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016.

Os objetivos específicos são:

- (I) Caracterizar o jornal O Estado de S. Paulo segundo sua proposta editorial.
- (II) Fazer o levantamento do total de matérias sobre o impeachment na capa do jornal Estado de S. Paulo.
- (III) Analisar as matérias nas quais a palavra golpe foi utilizada.

2.2 Procedimentos

Busca-se os usos da palavra golpe como repertório linguístico político, partindo do pressuposto que a mídia tem papel importante na circulação e consolidação do termo na sociedade contemporânea. Para tanto é importante levantar os usos da palavra golpe ao longo de todo processo de impedimento, que permite localizar momentos e formas variadas do uso desse repertório.

Primeiro, foi necessário caracterizar a proposta editorial do Estado de S. Paulo, ou seja, como o jornal se posiciona e entende suas funções midiáticas. Isto foi feito através da leitura e análise do documento Código de Conduta e Ética, disponível na página virtual do Grupo Estado.

O segundo procedimento foca o objetivo desta pesquisa e se concentra ao longo de todo processo de impedimento de Dilma Rousseff. Para isto, partiu-se da abertura do processo de impedimento, dada pelo então presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015 e encerrou-se com a cassação do mandato da presidente pela votação no plenário do Senado, em 31 de agosto de 2016. Para isto será feito o levantamento total de matérias sobre o processo de impedimento a partir do dia 3 de dezembro de 2015 até primeiro de setembro de 2016. Esta pesquisa utilizou o acervo online do Estado de S. Paulo. Trata-se, portanto, de um levantamento quantitativo que permite situar a frequência relativa do uso da palavra golpe - matérias que utilizam este repertório em relação ao total de matérias sobre o impedimento.

Com o levantamento em mãos partiu-se para uma etapa analítica dos dados que constitui uma análise qualitativa das matérias, buscando entender o emprego da palavra golpe como repertório. Esta análise foi feita utilizando os seguintes critérios: (I) localização das notícias: todas as matérias com a palavra golpe no título ou corpo que aparecem na primeira página; (II) áreas temáticas: todas as matérias encontradas e seus respectivos cadernos: esporte, cotidiano, internacional, etc.; (III) uso político: todas as matérias com uso político do termo – em contraste com sentidos figurados não diretamente ligados ao fato político, por exemplo, golpe de sorte; (IV) fato político: todas as matérias que retratam o processo de impedimento como golpe; (V) foco na experiência subjetiva: todas as matérias que trazem experiência ou interpretações pessoais do período entendido como golpe. A partir destes critérios, foram construídos eixos temáticos categorizando aspectos de legitimação do discurso como proposta por Theo van Leeuwen, os quais serão apresentados no seguinte tópico.

2.3 Aporte metodológico

Após concluída a leitura de todo o levantamento das matérias, foi observado a necessidade de recorrer a LEEUWEN (2008) como suporte para analisar e esclarecer os sentidos de uso da palavra golpe. Desta forma, é necessário fazer uma breve apresentação da estrutura analítica oferecida pelo autor que será usada para análise das reportagens. A explanação dos métodos de Leeuwen foi acrescida de exemplos de uso na política brasileira recente, uma vez que é importante comprovar a atualidade do método e sua eficácia no campo discursivo da política.

A legitimação através de um discurso pode ser efetivada por diversas formas, sendo a racionalização apenas uma das formas de legitimação. O estudo das práticas sociais de legitimação infere perguntas subentendidas: por que deveríamos fazer isso? Ou por que devemos fazer isto dessa forma? Neste estudo, deve-se entender a legitimidade do discurso como um estudo sobre as relações sociais circunscritas nas perguntas: por que deveríamos acreditar neste discurso?” Cabe descrever os parâmetros de avaliação e construção discursiva da legitimidade. (LEEUWEN, 2008. p.105)

Todo sistema de autoridade tenta consolidar e cultivar a crença em sua legitimidade, escreveu Max Weber, quase 100 anos atrás. A linguagem é a ferramenta mais importante para essa prática. Alguns autores chegaram até a mencionar que toda a linguagem é legitimação; a transmissão de um determinado vocabulário é a própria legitimação dele. (Leeuwen, 2008. p. 105).

As quatro categorias de legitimação são:

1. Autorização, isto é, a legitimação pela referência da autoridade dada pelas tradições, costumes, leis e personalidades dotadas de autoridades institucionais.
2. Moral, isto é, a legitimação pelo reforço de valores morais.
3. Racionalização, isto é, a legitimação pela referência aos objetivos e usos da ação social institucionalizada e pelos conhecimentos que a sociedade construiu para dota-los de validade cognitiva.
4. Mitopoese, isto é, a legitimação transmitida por narrativas as quais terminem com recompensas para ações legítimas e punição para ações não legítimas. (LEEUWEN, 2008. p.106).

Essas formas de legitimação podem ocorrer separadamente, ou concomitantemente. Mas também podem ser usadas para deslegitimar ou criticar. Serão utilizadas para entender os usos da palavra golpe no jornal O Estado de São Paulo como forma para legitimar ou como para deslegitimar o uso da associação impeachment-golpe.

Se a legitimação é uma resposta para perguntas subentendidas: por que deveríamos fazer isso? Uma possível resposta seria: porque eu disse, na qual o eu é alguém dotado de autoridade. Isto é definido como autorização pessoal. Assim, cabe entender quais são os enunciadores que exercem esse tipo de legitimidade.

2.3.1 Autorização

A autorização é a primeira forma de análise das categorias de legitimação e é subdividida entre autoridade pessoal, especialista, exemplar, impessoal, de conformidade e tradição.

2.3.1.1 *Autoridade pessoal*

A autoridade pessoal se refere às pessoas dotadas de autoridade pelo status, posição social ou posição em uma instituição particular. Estas autoridades não precisam de qualquer justificação para as demandas ou pedidos exigidos, apesar de poderem, opcionalmente, fazer uso de razões e motivos. Sua manifestação se dá por um processo verbal: “Personal authority legitimation typically takes the form of a “verbal process” clause [...] in which the “projected clause”, the authority’s utterance, contains some form of obligation modality [...]. (LEEUWEN, 2008. p. 106).

O autor também menciona o exemplo clássico da autoridade pessoal como as figuras paternas, cuja função social permite julgamentos e decisões de conflitos. Este exemplo mostra a força da formação e influência política exercidas pelos

chefes de famílias – podendo ser estendidas para chefes de estado e governo. Sears e Brown (2013), estudiosos do desenvolvimento político na infância e no adulto, referem uma idade específica a qual a pessoa estaria mais propensa a incorporar ou estar aberto a aderir a posições políticas, a cristalização política, isto é, a definição de uma posição se daria pouco após essa idade.

The 'impressionable years' hypothesis [...], suggesting a 'critical period' in early adulthood when political orientations are especially open to influence. Mannheim speculated that the period might be approximately from ages 17 to 25. Three psychological propositions are involved. One is that core orientations are still incompletely crystallized as the individual enters that period, contrary to the persistence model, and gains may be seen through early adulthood. Second that process should show only modest gains thereafter. And third, people may experience political life as a "fresh encounter" during that critical period, one that can seldom be duplicated later. In Erikson's terms, young adults are becoming more aware of the social and political world around them just when they are seeking a sense of self and identity. As a result, they may be especially open to influence at that stage. (SEARS; BROWN, 2013. p.74).

2.3.1.2 Autoridade especialista

A autoridade especialista se refere à legitimidade dada através da especialização ao invés do status. Esta autoridade é realizada através de processo verbal ou mental, com o especialista como sujeito. Por vezes, as credenciais do especialista não se mostram apenas através de titulações e diplomas, mas através da configuração visual, objetos que o especialista traz consigo, jalecos, estetoscópio, livros, óculos de leitura, entre outros. O especialista sempre traz consigo alguma forma de recomendação, supostamente baseada em algum conhecimento oculto, fornecendo uma ação ou atitude "melhor", "mais saudável", "mais viável", entre outras.

Entretanto, a sociedade contemporânea confere alguns riscos para o uso deste tipo de autoridade:

“Today, experts increasingly have to surrender their professional autonomy to management structures, and the public is increasingly able to access information that would previously have been jealously guarded by experts. People are aware of the plurality of expertise, of the fact that many problems have more than one expert solution. As a result, expert authority may be waning, albeit only slowly.” (LEEJWEN, 2008. P. 107)

É interessante ressaltar o fato de políticos com discurso antissistema se utilizarem da ausência de especializações políticas, na tentativa de reforçar a imagem negativa do servidor político tradicional. Neste caso, a especialização política é imposta como prejudicial em contrapartida a especializações administrativas ou financeiras, como no caso da campanha de João Dória para prefeito em 2016. Em sua campanha, João Dória emitiu uma série de peças reforçando sua especialização como não político, mas como gestor através do Twitter. Um discurso eficaz, uma vez que foi eleito.¹

2.3.1.2 Autoridade exemplar

A autoridade exemplar compreende ídolos e celebridades as quais se configuram como pessoas exemplares e modelos a serem seguidos. O simples fato de essas pessoas adotarem uma postura ou comportamento, ou acreditarem em algo é o suficiente para conferir legitimidade as ações de seus seguidores. As bases teóricas desta categoria vêm da escola do interacionismo simbólico, segundo o Leeuwen (2013):

The theoretical foundations for the legitimacy of role models were laid in the 1930's by a then new form of American psychology, symbolic interactionism [...]. Symbolic interactionism focused on the way people “take on the attitudes of the groups to which they belong, of the significant others in their immediate and their broader cultural environment. After World War II, American popular culture spread the idea of the role model, encouraging young people across the

¹ DÓRIA, João. Não sou político, sou gestor. SP precisa é de uma adm eficiente e inteligente. São Paulo, 18 set. 2016. Twitter: @jdoriajr. Disponível em <<https://twitter.com/jdoriajr/status/777647478141292544>>, Acesso em 4 dez. 2018.

world to take their cues from their peers and from popular culture, rather than from their elders and from tradition. This in turn facilitated the rapid turnover of consumer preferences that has become so vital to the contemporary economy and to the lifestyle identities it has fostered. (LEEUWEN, 2013. P. 108).

2.3.1.3 *Autoridade impessoal*

Nem toda legitimação através da autorização é pessoal. Há também a autoridade impessoal de leis, regras e regulamentações. Desta forma a coerção não se dá pela fala de uma pessoa, mas sim pela constatação nas regras, regulamentos, entre outros. As autoridades impessoais também podem ser sujeitas de processos verbais tanto quanto as autoridades pessoas, mas neste caso, há o elemento indispensável dos substantivos legitimadores, isto é, política, lei, regulamento, regras, etc., ou seus adjetivos e advérbios cognatos, como compulsório, mandatário, obrigatório, proibido, etc.

Um discurso político pode ser facilmente construído com base na legitimidade das obrigações do cargo almejado, assim como a implementação de leis e decretos. Por outro lado, como ferramenta de desconstrução, pode ser viável ressaltar as propostas ilegais, ou as que ferem regulamentos, tratados e leis do candidato da oposição. A Constituição Brasileira² é comumente ressaltada por candidatos de forma a se apoiarem em sua autoridade. Nas campanhas políticas de 2018, podemos ressaltar o uso da defesa de Constituição por Jacques Wagner, candidato a senador pelo estado da Bahia e Jair Bolsonaro, candidato à presidência. Ambos jurando proteger e fazer valer a Carta Magna.^{3,4}

² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

³ CONTEÚDO, Estadão. Jacques Wagner: 'É preciso defender princípios fundamentais da Constituição. **Estado de São Paulo**, São Paulo 28 out. 2018. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/28/interna_politica,1000804/jaques-wagner-e-preciso-defender-principios-fundamentais-da-constit.shtml>, acesso em 4 dez. 2018.

⁴ CONTEÚDO, Estadão. Bolsonaro promete defender a constituição, a democracia e a liberdade. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/28/interna_internacional,1000986/bolsonaro-promete-defender-a-constituicao-a-democracia-e-a-liberdade.shtml>, acesso em 4 dez. 2018.

2.3.1.4 Autoridade da tradição

Se alguém de fato perguntasse “Porque devo fazer isso?”, a autoridade da tradição responderia “Por que é assim que sempre fizemos.” A autoridade da tradição evoca os costumes, as tradições, os hábitos e práticas comuns. Essa autoridade pode ser reforçada por qualquer um ao invés de sujeitos específicos. Todos possuem um conhecimento o qual não só se supõe uma existência atemporal, mas também que não precise ser justificado ou explicado.

O discurso político pode evocar tradições culturais e mesmo regionais para legitimar o vínculo da população com um político, da mesma forma também pode evocar um costume ou um passado histórico para deslegitimar outro político. Entretanto, deve-se manter atento para costumes exclusivos do público em questão e como os costumes podem variar de região, população e classe social.

Além disso, os costumes se tornaram um tema perigoso nas últimas eleições, elegendo alguns candidatos e derrubando outros. Em 2010, Dilma Rousseff esteve no meio de polêmicas a respeito da questão do aborto. Após sofrer ataques dos meios evangélicos, veio a público afirmar que não legalizaria o aborto em seu governo. O “Kit Gay” tem sido uma polêmica desde a criação de um material didático contra a homofobia em 2011. Pouco após a repercussão negativa do nome dado pela bancada evangélica, o projeto foi cancelado.⁵

2.3.1.5 Autoridade da conformidade

No caso da categoria da autoridade da conformidade, a legitimidade é conferida pela maioria. A mensagem implícita nesta forma de comunicação é: todos estão fazendo, então você deve fazer igual.

⁵ FLORES, Paulo. O que faz a moral e os ‘bons costumes’ tomarem os discursos políticos. **Nexo**, São Paulo, 6 out. 2017. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/06/O-que-faz-a-moral-e-os-%E2%80%98bons-costumes%E2%80%99-tomarem-os-discursos-pol%C3%ADticos>>, acesso em 4 de dez. 2018.

Esta categoria representa um grande desafio para o discurso político, como explica o autor: “In the age of statistics, there is increasing slippage between the rule of law and the rule of conformity. Contemporary lawmakers increasingly believe that, if most people are doing it, it cannot be wrong and should be legalized.” (LEEUWEN, 2013)

Um exemplo claro é o debate em torno da influência de voto das pesquisas eleitorais. As pesquisas de intenção de voto podem ser problemáticas; pessoas são induzidas a votar no candidato liderando as intenções. Caso o candidato da equipe esteja na liderança pode-se usar esta categoria em prol do político e tentar reivindicar mais eleitores através da conformidade.

Uma estratégia para o uso da conformidade seria um apelo ao voto corporativo. Um membro da corporação, seja ela religiosa ou no ambiente de trabalho, se veria intencionado a votar em conjunto com seus colegas. Nas eleições de 2010 em Bauru, cidade do interior de São Paulo, todos os candidatos mais votados estavam ligados a grupos sociais corporativistas. Gabriel Chalita estava ligado aos educadores e professores, Major Olimpo ligado aos militares e Milton Vieira ligado aos evangélicos, sendo pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.⁶

É possível também deslegitimar um político associando-o com grupos sociais com alta rejeição, como foi o caso de Guilherme Boulos, candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) à presidência em 2018. Boulos foi constantemente associado ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto, movimento que lidera no perímetro urbano de São Paulo. A revista *Veja* encabeçou os ataques desde 2017, na tentativa de criminalizar tanto o movimento quanto o candidato.⁷

Em suma, a categoria da legitimidade através da autorização pode ser dividida em três grandes grupos: o costume, a autoridade e a recomendação. O costume é composto da autoridade da conformidade e da tradição, a autoridade é

⁶ CAMARGO, Adilson. Voto corporativo mostra sua força. **JCNET**, São Paulo, 12 dez. 2018. Disponível em < https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=194005&ano=2010>, acesso em 4 dez. de 2018.

⁷ AZEVEDO, Reinaldo. MTST – Como se constrói em SP a farsa de Guilherme Boulos, o coxinha extremista que se quer pensador universal e caiu nas graças dos idiotas. **Revista Veja**, São Paulo, 12 fev. 2017. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/mtst-8211-como-se-construi-em-sp-a-farsa-de-guilherme-boulos-o-coxinha-extremista-que-se-quer-pensador-universal-e-caiu-nas-gracas-dos-idiotas/>>, acesso em 4 dez. 2018.

composta da autoridade pessoal e impessoal e a recomendação é constituída da autoridade exemplar e especialista.

2.3.2 Avaliação Moral

A legitimação através da avaliação moral é baseada em valores. Ao contrário de uma autoridade imposta sem a necessidade de justificação. Em alguns casos, valor moral é firmado simplesmente através de palavras como bom ou ruim. Na maioria dos casos, segundo Leeuwen (2013):

[...] in most cases, moral evaluation is linked to specific discourses of moral value. However, these discourses are not made explicit and debatable. They are only hinted at, by means of adjectives such as healthy, normal, useful, and so on. Such adjectives [...] trigger a moral concept but are detached from the system of interpretation from which they derive, at least on a conscious level. They transmute moral discourses into the kind of generalized motives which [...] are now widely used to ensure mass loyalty.” (LEEUVEN, 2013. p. 110).

Há três principais estruturas da legitimação através da avaliação moral: adjetivos avaliativos, abstração e analogias.

2.3.2.1 Adjetivos Avaliativos

Os adjetivos avaliativos, neste caso, são aqueles os quais conferem um caráter de normalidade para alguma ação. Também conhecido como um processo de naturalização, ou fazer algo por ser normal ou comum, sua legitimação também se dá por referência ao tempo ou ao conceito de mudança. Segundo Leeuwen (2013):

“Naturalization” is a specific form of moral evaluation, a form which in fact denies morality and replaces moral and cultural orders with the “natural order”. Morality and nature become entangled here, and discourse analytical methods cannot disentangle them. (LEEUVEN, 2013)

O discurso de referência ao tempo pode ser encontrado no argumento sobre democracia e alternância de poder. Em uma entrevista com André Lara Rezende, o peessedebista afirma associa a alternância de poder como elemento fundamental na democracia. Como a entrevista é de 2014, leva-se em conta o contexto histórico da fala: completava-se 11 anos com o Partido dos Trabalhadores na presidência. Segundo o economista: “[...] a alternância no poder é elemento fundamental da democracia. [...] Muito tempo no poder desvirtua, leva à perda de foco, a confundir os interesses dos governantes e do partido com os interesses do país e da população.”⁸ Neste caso, percebe-se o uso da referência ao tempo e ao conceito de mudança.

2.3.2.2. *Abstração*

Outra maneira de expressar avaliações morais é através da referência a práticas de formas abstratas, as quais as moralizam ao associar qualidades ligadas a discursos de valores morais. O vínculo de abstração está restrito a ideias, ou melhor, qualidades de cooperação, engajamento e comprometimento. Leeuwen (2013) sugere que: “Instead of ‘the child goes to school for the first time’, we might say ‘the child takes up independence’, so that the practice of schooling is legitimized in terms of a discourse of independence.” (LEEUVEN, 2013. p. 111).

No livro “A Verdade Sufocada”, o autor Carlos Alberto Brilhante Ustra (2018) utiliza desta técnica de forma a deslegitimar as ações de Carlos Lamarca: “Lamarca rouba as armas que a nação lhe confiou” (2018, p. 222). O uso da abstração “nação”

⁸ ASSESSORIA. André Lara Rezende: “Alternância no poder é elemento fundamental da democracia”. **PSDB**, Brasília, 9 mar. 2014. Disponível em < <http://www.psd.org.br/acompanhe/andre-lara-rezende-alternancia-poder-e-elemento-fundamental-da-democracia/>> Acesso em 16 Out. 2018.

como sujeito configura em valor moral, conferindo o sentido de haver uma obrigação de comprometimento de vínculo não só com o exército ou com seu superior, mas com o país inteiro; ação a qual agrega maior peso condenatório.⁹

2.3.2.3 Comparação

Por último, as analogias servem a legitimidade moral através da comparação. Na análise discursiva, as comparações têm uma função de legitimar ou deslegitimar, segundo Leeuwen (2013). Entretanto, ao longo da dissertação, ressalta-se a potencialidade das ferramentas de legitimação terem funções legitimadoras e deslegitimadoras. No caso da comparação, Leeuwen (2013) explica:

Here, the implicit answer to the question ‘why must we do this’ or ‘why must I do this in this way’ is not ‘because it is good’, but ‘because it is like another activity which is associated with the positive values. (LEEUVEN, 2013. P. 111).

No campo político, é comum a analogia religiosa. Um exemplo desta forma de legitimação é encontrado no vocabulário da Operação Lava-Jato. A BBC Brasil (2017) entrevistou alguns juristas para a matéria “O Que a Lava-Jato revela sobre a origem ‘mágica’ do Direito”, revelando as semelhanças analógicas entre a operação e a religião: “Réus declaram “crer” na Justiça, procuradores dizem conduzir uma “cruzada” contra a corrupção, juízes são descritos como “heróis””. (FELLET, 2017) ¹⁰

Em outra matéria consultada intitulada Missões e contradições da operação Lava Jato para o jornal O Estado de S. Paulo, o cientista político Murilo Aragão também ressalta o fato: “Em decorrência, destaca-se a segunda missão da Lava Jato: uma missão redentorista, messiânica, de purificação dos atos e costumes

⁹ USTRA, C. A. B. **A Verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 15ª ed. Brasília: Editora Ser, 2018.

¹⁰ FELLET, João. O que a Lava Jato revela sobre a origem ‘mágica’ do Direito. **BBC Brasil**, Brasília, 30 jul. 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40687467>> Acesso em 16 Out. 2018.

políticos e empresariais no País. Daí o teste de honestidade e a boa-fé como legitimadores de provas ilícitas.” (ARAGÃO, 2017)¹¹

Por outro lado, encontramos também analogias médicas e de saúde como forma de deslegitimação política. Em 2015, a jornalista Joice Hasselmann da Tveja, publicou um vídeo no qual afirmava que o “(...) ex-presidente Lula se tornou um câncer que precisa ser tratado urgentemente, pois constitui uma ameaça à vida do Brasil.”¹²

Em suma, a legitimação através de valores morais pode ser dividida em três categorias, a avaliação, abstração e comparação ou analogia, a qual ainda pode ser dividida entre comparação positiva e negativa.

2.3.3 Racionalidade

No discurso contemporâneo, a moralidade e a racionalidade se mantem a palmas de distância. No caso da avaliação moral, não há qualquer traço de racionalidade. Já no caso da racionalidade, a moralidade permanece submersa, apesar da racionalidade não funcionar como processo de legitimação sem ela. (LEEUWEN, 2013). Assim, toda e qualquer racionalização só pode ser sustentada através de pilares morais.

Há dois tipos principais de racionalidade, a racionalidade instrumental – a qual confere legitimidade através da referência a objetivos, metas, usos e efeitos – e a racionalidade teórica – a qual legitima através de referências ao estado natural do mundo, mas em um grau mais explícito do que os tipos de naturalização moral.

¹¹ ARAGÃO, Murillo de. Missões e contradições da Operação Lava Jato. **Estadão**, São Paulo, 12 jan. 2017. Disponível em <<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,missoes-e-contradicoes-da-operacao-lava-jato,10000099591>> Acesso em 16 Out. 2018.

¹² REDAÇÃO. Joice Hasselmann aponta como Lula é um câncer que se tornou uma ameaça à vida do Brasil; veja. **Folha Política**. São Paulo, 2 out. 2015. Disponível em <<http://www.folhapolitica.org/2015/10/joice-hasselmann-aponta-como-lula-e-um.html>> Acesso em 16 Out. 2018.

2.3.3.1 Racionalidade Instrumental

A racionalização se dá em explicar o motivo de práticas sociais existirem. A questão central da racionalização instrumental está na investigação do propósito:

Like legitimations, purposes are constructed in discourse in order to explain why social practices exist, and why they take forms they do. (...) The question is: are all purposes also legitimations? I believe not. In order to serve as legitimations, purpose constructions must contain an element of moralization, in the sense in which I described it in the previous section. Only this can turn purposes and purposiveness into what Habermas (...) called a 'strategic-utilitarian morality'. (LEEJWEN, 2013, p. 113).

A ação teleológica, categoria de análise nesta secção, está fundamentada na obtenção do sucesso, isto é, se algo funciona ou não, e na racionalidade entre meios e fins. As construções de argumentos teleológicos utilizam obrigatoriamente três elementos: uma atividade, um verbo de ligação e o propósito, o qual pode ser outra atividade ou um estado. Em 1999, o então deputado federal Jair Bolsonaro, se referiu ao então presidente Fernando Henrique Cardoso da seguinte forma: “Para o crime que ele está cometendo contra o país, sua pena deveria ser o fuzilamento”. Esta é uma frase com argumento teleológico cujo propósito é uma ação geral, isto é, a ação contida na preposição de propósito é uma representação direta. Entretanto, se a ação contida na preposição de propósito for uma expressão que refere a uma ação derivada de uma qualidade, entende-se como uma ação moralizante. Em 2008, Jair Bolsonaro se referiu a um índio da seguinte forma: “Ele deveria comer capim ali fora para manter suas origens”. Neste caso, o deputado conota um discurso de imoralidade, desprovendo o índio de humanidade e comparando-o com um animal.¹³

Leeuwen (2013), se refere à aplicação desse discurso da seguinte forma:

¹³ EDIÇÃO IMPRESSA. Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 out. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>>, acesso em 12 dez. 2018.

All of this applies of course also to the idea of purpose itself. Expressions like 'it is useful,' 'it is effective,' and so on are themselves legitimating, descendants of philosophical traditions such as utilitarianism and pragmatism, which explicitly argued for purposefulness, usefulness, and effectiveness as a criteria of truth and foundations for norm-conformative, ethical behavior. (LEEuwEN, 2013. p. 114).

Há três tipos de orientações no discurso instrumental, isto é, a teleológica, a de objetivo, de sentido e de efeito.

No caso de orientação de objetivo, os propósitos são construídos como motivos, objetivos, metas ou intenções conscientes ou inconscientes. Isso requer que o agente do propósito esteja explícito e que a ação e o propósito tenham o mesmo agente, ou se o propósito for um estado, que a pessoa cujo estado é atribuído também seja agente da ação de propósito.

Considerando estes dois casos, Leeuwen (2013) afirma:

The difference between the two types of realization is significant. Generally, the greater the power of a particular role in a social practice, the more often the agents who fulfill that role will be represented as intentional, as people who can decide to act on the world and succeed in this. (LEEuwEN, 2013. p. 114).

No caso de orientação de intencionalidade, o propósito está embutido na ação, e está colocada como um meio para um fim. Segundo o autor: "The formula is then either "I achieve doing [...] y by x-ing, which leaves the agency intact and uses circumstances of means with by, by means of, through, etc., of x-ing serves to achieve being [...] y, which does not." (p. 114).

Por último, no caso da orientação de efeito, destaca-se o efeito ou o resultado de ações. Neste caso, o propósito é visto de forma inversa, como um resultado imprevisto, ou oculto. Neste caso, não há identidade entre o agente da

ação, cujo propósito deve ser construído e o agente da ação que constitui o próprio propósito.

2.3.3.2 Racionalidade teórica

Na racionalização teórica, a legitimação não está fundamentada na justificação moral de uma ação, ou se é útil e efetiva, mas se está embasada em algum tipo de verdade. Está próxima da categoria de naturalização discutida anteriormente, difere apenas pelo grau de representações explícitas nas justificativas.

A legitimação através da racionalização teórica pode ser efetivada de 3 formas diferentes. A primeira forma é através das definições, nas quais uma ação é definida por outra atividade moral. Leeuwen (2013) explica que: “For a definition to be a definition, both activities must be objectivated and generalized, and the link between them must either be attributive [...] or significative [...]” (p. 116). A segunda forma é pela explanação, a qual envolve atores envolvidos na ação. A legitimação se dá pelo processo de justificar as ações, ou tornar as ações apropriadas socialmente, associando a natureza de determinadas pessoas ou atores. A última forma se dá pela previsão, ou seja, a justificação pela experiência. Esta forma é encontrada nas falas dos atores com especializações, vistas na legitimação por autoridade. (LEEUVEN, 2013).

2.3.4 Mitopoese

Mitopoese é a criação de mito, isto é, atingir a legitimação através da contação de histórias, ou mais comum no meio publicitário: storytelling. Apesar da base teórica estar embasada em Leeuwen, é indispensável trazer neste momento o autor Joseph Campbell (2007), talvez o maior compilador de histórias mitológicas.

Em seu livro, o Herói de mil faces, o autor ressalta o enorme impacto causado por esses contos:

Em todo mundo habitado, em todas as épocas e sob todas as circunstâncias, os mitos humanos têm florescido; da mesma forma esses mitos têm sido a viva inspiração de todos os demais produtos possíveis das atividades do corpo e da mente humanos. Não seria demais considerar o mito a abertura secreta através da qual as inexauríveis energias do cosmos penetram nas manifestações culturais humanas. As religiões, filosofias, artes, formas sociais do homem primitivo e histórico, descobertas fundamentais da ciência e da tecnologia e os próprios sonhos que nos povoam o sono surgem do círculo básico e mágico do mito. (CAMPBELL, 2007).

O poder de criação de histórias, ter como elas bases míticas ou não, é enorme ao ser incorporado pelo marketing político. John Favreau se ocupou dos discursos de Barack Obama durante toda sua presidência dos Estados Unidos. Ele salienta a importância da inspiração como forma de conquistar a legitimidade da persuasão.¹⁴ A campanha de Donald Trump, logo em seguida, foi marcada pelas formas explícitas de storytelling, em sua campanha, ele se posicionou como um herói, um salvador de um inimigo em comum de seu povo, membros do Partido Democrata, imigrantes e os jornalistas da grande mídia.¹⁵

Após compilar mitos ao redor do mundo, Campbell criou uma fórmula para contar a trajetória de um herói, isto é, um personagem cativante para seu público. Tal temática é demasiada extensa e foge ao propósito desta dissertação, entretanto, as narrativas mitológicas possuem forte influência na política e devem ser estudadas pela equipe estratégica.¹⁶

A análise de Leeuwen a respeito da mitopoese se distancia em pouco da construção política, entretanto, algumas lições podem ser utilizadas. Para o autor,

¹⁴ 5 DICAS de storytelling do redator de discursos de Barack Obama. **Na Prática**, 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.napratica.org.br/dicas-de-storytelling-barack-obama/>>, acessado em 12 dez. 2018.

¹⁵ STELTER, Brian. President Trump is winning the story-telling game, with help from his friends in the media. **CNN**, 5 ago. 2018. Disponível em <<https://money.cnn.com/2018/08/05/media/donald-trump-story-telling/index.html>>, acesso em 12 dez. 2018.

¹⁶ REDAÇÃO. A Jornada do herói eleitoral. **Estadão**, São Paulo, 1 out. 2014. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/conexao-eleitoral/a-jornada-do-heroi-eleitoral/>>, acesso em 5 dez. 2018.

há dois tipos de contos, os moralistas, e os de precaução. Os contos moralistas apresentam protagonistas recompensados por engajar em práticas sociais legítimas ou por terem restaurado a ordem legítima. Enquanto nos contos de precaução, mostra-se explícito consequências ou castigo de não obedecer às normas ou práticas sociais. Os protagonistas cometem atividades consideradas fora do padrão, ou da normalidade, e terminam em finais tristes.

De qualquer forma, esses contos mostram-se importantes na construção de discursos políticos com o propósito de criar medo, assim, aliando a população ao político que traga segurança.

2.3.5 Legitimação multimodal

Apesar da linguagem e da fala pública possuírem um papel central na legitimação, outras formas incluem formas de comunicação visual e musicais. Contos podem ser narrados visualmente, através de revistas em quadrinhos, filmes e jogos. Na política devem ser contados através de peças publicitárias. Outro exemplo, as avaliações morais podem ser exercidas visualmente ou através de símbolos.

Mais importante na política são as peças audiovisuais. Esta obrigatoriamente incorpora vários elementos da legitimidade: o discurso, os símbolos, a música, entre outros. Na campanha de Dilma Rousseff em 2014, o PT, lançou uma peça audiovisual na qual alimentos desapareciam de uma mesa de jantar familiar. Todos os elementos incorporados serviam para deslegitimar os candidatos da oposição, em especial, Marina Silva, desde a música fúnebre até o ato simbólico da comida desaparecer na mesa.¹⁷ Quanto maior o número de elementos legitimadores utilizados no discurso, maior será o vínculo com o eleitor. No caso da mídia impressa, a legitimação multimodal se dá através do texto e de imagens.

¹⁷ O PT e o discurso do terrorismo eleitoral contra a Marina Silva. **Youtube**, 16 set. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=suPVZfJJqEY&t=88s>>, acesso em 5 dez. 2018.

3 Resultados

Este capítulo contempla os resultados obtidos das pesquisas. Para caracterizar a proposta editorial do jornal, optou-se por fazer uma breve análise da militância política na história do jornal. Para caracterizar o processo institucional do golpe, foram utilizadas matérias jornalísticas, neste caso, o interesse é a sucessão dos fatos processuais para situar contexto histórico com o recorte temporal da análise deste trabalho. Por fim, o levantamento das matérias foi feito através do acervo digital do Estado de S. Paulo.

3.1 A proposta editorial de O Estado de S. Paulo

A proposta editorial de O Estado de S. Paulo encontra-se no documento Código de Conduta e Ética disponível na página digital do jornal. É assinado pelo Grupo Estado, abrangendo as atividades de todo o grupo. A análise foi realizada com base neste documento.

Para uma análise contemporânea da proposta editorial, é necessário fazer uma breve descrição do posicionamento político e social do jornal ao longo de sua história.

O jornal O Estado de São Paulo sempre teve claros posicionamentos políticos desde a sua criação. José Alfredo Vidigal Pontes, jornalista e historiador, escreveu um breve histórico do jornal intitulado O Estado de S. Paulo, documento não datado disponível no site do jornal. Este documento retrata as principais atividades do jornal examinando exclusivamente a atividade política do jornal.

O jornal O Estado de S. Paulo começou a circular em 4 de janeiro de 1875, durante o Império, com o nome de A Província de S. Paulo. O nome atual só foi estabelecido com a criação das unidades da federação da República em 1890. O jornal teve início com uma proposta abertamente política, de um diário republicano durante a Convenção Republicana de Itu para combater a monarquia e a

escravidão. Foi o primeiro grande jornal com engajamento republicano e abolicionista.

Apesar de ter sido fundado por 16 integrantes, a família Mesquita se tornou única proprietária em 1902 pelas mãos de Júlio Mesquita. Junto com Cerqueira César, liderou a primeira dissidência republicana, iniciando uma oposição aos governos estadual e federal.

Durante toda a República Velha, o jornal contestou a validade do sistema eleitoral. Em 1909, apoiou o candidato Ruy Barbosa à presidência da República. Durante a chamada Revolta Paulista de 1924, Júlio Mesquita foi preso, apesar do jornal ter se mantido neutro, ao mesmo tempo concordando com as críticas dos revolucionários, mas discordando do levante militar.

Em 1926 o jornal apoiou a criação do Partido Democrático, o qual se manteve forte aliado.

Em 1930 apoiou a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Entretanto, em 1932, ajudou a articular a Revolução Constitucionalista de 32, junto com o Partido Democrático e o Partido Republicano. Com a derrota da revolução, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita foram presos e mandados para Portugal. No ano seguinte, o genro de Júlio Mesquita ajuda a negociar com Getúlio Vargas uma nova constituinte e a anistia aos revolucionários de 32.

Em 1934 foi assinado o decreto de criação da USP. Júlio Mesquita não só fez campanha para a criação de uma universidade em São Paulo, como foi incumbido de encontrar professores estrangeiros para formar o corpo docente da Faculdade de Filosofia.

Apesar de sempre ter se comprometido com a democracia e à economia de livre-mercado, o jornal apoiou o golpe militar de 64, mas acreditava que a intervenção deveria ser transitória. Com o aumento do autoritarismo o Estado de S. Paulo passou a forma uma oposição que foi duramente censurada. (VIDIGAL, 2004?)

O texto de Vidigal contempla as atividades editoriais do jornal até o ano de 2004. Entretanto, a respeito de ativismo político, o autor só aborda o tema até o fim

da ditadura militar. Mesmo assim, é possível verificar que o jornal continuou com posicionamentos políticos claros.

Alguns editoriais podem ser destacados para averiguar a expressão política do jornal como pode ser demonstrado em três casos:

- Em 17 de janeiro de 2006, no artigo intitulado *A singularidade chilena*, o editorial do jornal teceu claro apoio à candidatura de Michelle Bachelet à presidência do Chile, ao mesmo tempo em que desqualificava outros líderes da esquerda da América Latina, como Lula no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez do Uruguai, entre outros.¹⁸
- Em setembro de 2010, o editorial *O mal a evitar*, publicado durante a corrida presidencial, apoiava abertamente o candidato José Serra enquanto tecia duras críticas ao então presidente Lula.¹⁹
- Em 22 de outubro de 2011, foi publicado um editorial chamado *O incerto futuro da Líbia*, na qual o jornal teceu duras críticas aos encontros entre o ex-presidente da França Nicolas Sarkozy e o ex-premiê britânico Tony Blair por suas relações com Muamar Kadafi.²⁰

Estes três breves exemplos mostram as diretrizes do jornal no cenário político nacional e internacional. De fato, o jornal teve papel ativo na política desde sua fundação. O próximo passo foi entender as diretrizes institucionais do jornal a respeito de sua proposta editorial.

O jornal Estado de S. Paulo disponibiliza o documento chamando Código de Conduta e Ética, onde se encontra a linha editorial do Grupo Estado. Infelizmente, o documento não é datado nem assinado, apesar de suceder uma carta do

¹⁸ A singularidade chilena. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 17 jan. 2006. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060117-40999-spo-3-edi-a3-not/busca/Michelle+Bachelet>>. Acesso em 21/01/2019.

¹⁹ O mal a evitar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 25 set. 2010. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255>>. Acesso em 21/01/2019.

²⁰ O Incerto futuro da líbia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 22 out. 2011. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20111022-43103-spo-3-edi-a3-not/busca/Nicolas+Sarkozy>>. Acesso em 21/01/2019.

presidente do Conselho de Administração, a qual também não está assinada. Segundo o documento, a linha editorial:

É o detalhamento da missão editorial. Sob influxo da missão editorial, o Grupo define suas crenças fundamentais, seus valores e princípios. A linha editorial é a identidade do Grupo. É a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos, sempre fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração. (Código de Conduta)

São 10 os princípios gerais que norteiam o editorial. Estes princípios são:

- 1) O Grupo Estado defende o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo.
- 2) Sente-se responsável pela promoção do desenvolvimento humano, político, econômico, social e cultural do Brasil, dando coesão à sociedade civil.
- 3) O Grupo Estado garante aos setores minoritários a manifestação de suas opiniões e condena editorialmente todo estereótipo racial, religioso, étnico e sexual.
- 4) O Grupo Estado, intimamente vinculado aos interesses dos leitores, ouvintes, internautas e o público de outras mídias, defende editorialmente os direitos e as liberdades individuais, o pluralismo democrático e a identidade sócio-cultural do Brasil e de São Paulo.
- 5) O Grupo Estado defende a prioridade do Direito sobre a força e a prioridade da ordem social sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações.
- 6) O Grupo Estado defenderá os cidadãos das agressões de qualquer forma de poder e estimulará a livre iniciativa em todos os âmbitos da atividade humana.
- 7) O Grupo Estado é uma organização que busca, processa e difunde informação com rigorosa obediência às exigências profissionais e éticas.
- 8) Os produtos do Grupo Estado estão abertos ao debate dos assuntos públicos e, independentemente de suas posições

editoriais, defendem o pluralismo e a diversidade de opiniões. Recusam-se, no entanto, a veicular teses que neguem a liberdade, atentem contra a dignidade da pessoa humana ou agridam os princípios da ética informativa definidos neste documento.

9) A saúde econômica do Grupo Estado é pré-requisito da sua independência e condição imprescindível para a digna e justa retribuição aos seus funcionários, meio para manter e reforçar sua liderança no mercado. Por isso, entende que ganhar dinheiro com a informação, digna e corretamente, é rigorosamente, um dever ético.

10) As atividades informativas do Grupo Estado são realizadas com independência dos interesses da Companhia. (Código de Conduta).

3.2 Levantamento das matérias

Esta etapa analítica foi feita segundo os critérios já expostos nos procedimentos. Primeiro, foram localizadas todas as notícias que apareceram na primeira página durante o recorte temporal do processo institucional de impedimento de Dilma Rousseff. Segundo, foram selecionadas, dentre estas notícias as que continham a palavra golpe em seu título ou corpo. Terceiro, foram destacadas as áreas temáticas de todas as matérias encontradas e seus respectivos cadernos. Terceiro, foram separadas todas as matérias com uso político do termo, neste caso, todas as matérias encontradas fazem uso político.

3.2.1. Levantamento do total de matérias sobre o impedimento

As notícias sobre o processo de impedimento que apareceram na primeira página dizem respeito, integralmente ao caderno de política. Deve-se destacar que a seleção de matérias foi feita de forma rigorosa atendendo especificamente ao processo de impedimento, isto é, outros fatos políticos associados indiretamente ao impedimento, como o processo de cassação de Eduardo Cunha, ou o processo de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal de Contas da União (TCU), ou

mesmo a tentativa de Lula de assumir a Casa Civil ficaram de fora do recorte desta dissertação. Os achados encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1. Levantamento de todas as matérias sobre o impedimento.

Mês	<i>n</i>	%
dez/15	35	17,1
jan/16	1	0,5
fev/16	2	1,0
mar/16	27	13,2
abr/16	91	44,4
mai/16	26	12,7
jun/16	7	3,4
jul/16	0	0,0
ago/16	14	6,8
set/16	2	1,0
Total	205	100

Foram encontradas 205 matérias sobre o processo de impedimento, todas situadas no caderno de política entre 3 de dezembro de 2015 e 1º de setembro de 2016. A maior parte das matérias (44,4%) foram publicadas no mês de abril, quando ocorreu a aprovação do processo de impedimento na comissão especial e no plenário da Câmara, fato mais noticiado que o rito de impedimento do Senado que culminou no impedimento definitivo no dia 31 de agosto de 2016. Os meses com menor volume de notícias, como janeiro, fevereiro e julho se referem ao recesso da câmara – nota-se que o recesso se estendeu durante a maior parte do mês de fevereiro por conta do feriado de Carnaval.

É também digno de nota que todas as 205 matérias possuem a palavra impeachment para se referir ao fato político.

3.2.2 Levantamento das matérias contendo golpe no título/corpo

Do levantamento anterior, foram selecionadas matérias que contêm a palavra golpe em seu corpo reproduzido na capa do jornal O Estado de S. Paulo. Os achados se encontram na Tabela 2.

Tabela 2. Levantamento de matérias contendo a palavra golpe

Mês	n	%
dez/15	1	6,7
jan/16	0	0,0
fev/16	0	0,0
mar/16	5	33,3
abr/16	6	40,0
mai/16	0	0,0
jun/16	0	0,0
jul/16	2	13,3
ago/16	1	6,7
set/16	0	0,0
Total	15	100

Das 205 matérias encontradas, apenas 15 possuem a palavra golpe. Uma clara discrepância ao relacionar o número total de matérias que se referem ao impedimento. Cabe agora entender o contexto e o uso da palavra golpe em cada um dos casos.

3.3 Análise das matérias contendo a palavra golpe

As matérias foram destacadas e analisadas individualmente. Os achados se encontram descritos no Quadro 1 a seguir. Com base nas informações obtidas, foram construídos eixos temáticos dos usos da palavra golpe nas matérias.

Quadro 1. Descrição das matérias com a palavra golpe

14/12/2015	Título da matéria	Impeachment estimula tucanos a irem às ruas
	Título da capa	Protesto tem adesão menor e oposição se mobiliza para março

	Autoria	Pedro Venceslau
	Localização no jornal	Política A5
	Número de linhas	70
	Localização do enunciado	44-52
	Enunciado	Outro senador tucano que fez discurso foi Aloysio Nunes Ferreira, candidato a vice na chapa de Aécio. "Estou aqui para dizer que não vai ter golpe, vai ter impeachment. Queremos pôr fim a um governo que não deveria ter começado" afirmou.
20/03/2016	Título da matéria	Diálogos são coisa de chefe de bandido'
	Título da capa	FHC defende impeachment e diz que Lula é irresponsável
	Autoria	Alberto Bombig
	Localização no jornal	Política A5
	Número de linhas	82
	Localização do enunciado	50-56
	Enunciado	Aí tem um cheirinho de golpe, de golpe palaciano. A função de um ministro da Casa Civil é de coordenação administrativa.
23/03/2016	Título da matéria	No Planalto, Dilma endurece discurso e movimento falam em radicalizar
	Título da capa	Dilma endurece discurso; MTST quer radicalizar
	Autoria	Tânia Monteiro e Carla Araújo
	Localização no jornal	Política A4
	Número de linhas	114
	Localização do enunciado	16-22
	Enunciado	Em clima de confronto, a presidente avisou que "não cometeu crime nenhum", que "não renuncia em hipótese alguma" e repetiu seis vezes a palavra "golpe" para se referir ao movimento pelo seu impedimento.
25/03/2016	Título da matéria	Dilma diz à imprensa estrangeira que Lula estará no governo
	Título da capa	Dilma reafirma que não renunciará
	Autoria	Isadora Peron
	Localização no jornal	Política A5
	Número de linhas	122
	Localização do enunciado	8-12
	Enunciado	O intuito foi repisar o discurso de que ela não vai renunciar e de que está em curso no País um "golpe" contra a democracia.
27/03/2016	Título da matéria	Para OAB, tese de 'golpe' é ofensa ao STF
	Título da capa	Para OAB, tese de golpe ofende STF

	Autoria	Fausto Macedo, Ricardo Brandt, Mateus Coutinho
	Localização no jornal	Política A7
	Número de linhas	128
	Localização do enunciado	19-32
	Enunciado	"Essa afirmação do governo, com tanta frequência, de que há um golpe em curso me parece ofensiva ao próprio Supremo Tribunal Federal. Se dizem que é golpe, então o Supremo, há poucos dias, regulamentou o golpe. Ou seja, tanto não é golpe que a instância máxima da Justiça, numa sessão histórica, regulamentou o procedimento de impeachment. Isso acaba com a ladainha de golpe"
31/03/2016	Título da matéria	Dilma usa ato oficial no Planalto para fazer duro ataque ao impeachment
	Título da capa	'É golpe', ataca Dilma; para juristas, 'sobram crimes'
	Autoria	Isadora Peron, Murilo Rodrigues Alves, Rachel Gamarski e Pedro Venceslau
	Localização no jornal	Política A4
	Número de linhas	110
	Localização do enunciado	60-64
	Enunciado	"A constituição Federal exige que tenha de ter crime de responsabilidade. Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe"
05/04/2016	Título da matéria	Cardozo entrega defesa e afirma que Cunha age por 'vingança'
	Título da capa	Cardozo entrega defesa da presidente e fala em 'golpe'
	Autoria	Ricardo Brito, Daiene Cardoso e Victor Martins
	Localização no jornal	Política A5
	Número de linhas	134
	Localização do enunciado	7-15
	Enunciado	O ministro disse que o afastamento da presidente é um "golpe" à Constituição de 1988 e, numa estocada em duas ocasiões no vice-presidente Michel Temer, beneficiário direto de uma eventual saída de Dilma, disse que o novo governo não terá "estabilidade" para conduzir o País.
08/04/2016	Título da matéria	Para Dilma, vazamentos são oportunistas
	Título da capa	Os vazamentos são premeditados e direcionados com claro objetivo de criar ambiente propício ao golpe'
	Autoria	Rachel Gamarski, Isadora Peron, Tânia Montero, Ricardo Brandt, Julia Affonso e Andreza Matais
	Localização no jornal	Política A5
	Número de linhas	94

	Localização do enunciado	31-40
	Enunciado	"Os vazamentos são premeditados e direcionados com o claro objetivo de criar um ambiente propício ao golpe", criticou a presidente durante ato com mais de mil mulheres contrárias ao impeachment, no Palácio do Planalto.
13/04/2016	Título da matéria	Dilma chama vice de 'chefe do golpe'
	Título da capa	Dilma chama vice e Cunha de 'chefes do golpe'
	Autoria	Gustavo Porto, Tânia Monteiro e Vera Rosa
	Localização no jornal	Política A6
	Número de linhas	129
	Localização do enunciado	81-91
	Enunciado	"É uma atitude de arrogância e desprezo pelo povo. Se ainda havia uma dúvida que há um golpe de estado em andamento, não há mais." Dilma disse não saber exatamente quem é o "chefe ou vice-chefe do gabinete do golpe" e que estão "tentando montar uma fraude para interromper no Congresso" o mandato dela.
13/04/2016	Título da matéria	Golpe é romper com o que está na constituição'
	Título da capa	Golpe é romper com a constituição'
	Autoria	Eliane Cantanhêde
	Localização no jornal	Política A7
	Número de linhas	188
	Localização do enunciado	186-188
	Enunciado	Golpe, na verdade, é só quando se rompe com a Constituição
22/04/2016	Título da matéria	Classificar impeachment como golpe prejudica imagem do País, diz Temer
	Título da capa	Discurso de golpe prejudica imagem do País, diz Temer
	Autoria	Adriano Ceolin e Tânia Monteiro
	Localização no jornal	Política A4
	Número de linhas	141
	Localização do enunciado	41-47
	Enunciado	"Vários ministros do Supremo Tribunal Federal disseram que o possível impeachment da presidente da República não representaria um golpe. É um processo constitucional", acrescentou
23/04/2016	Título da matéria	Nos EUA, Dilma fala em 'retrocesso' e em sanção ao Brasil no Mercosul
	Título da capa	Dilma pede sanções de Mercosul e Unasul ao País
	Autoria	Cláudia Trevisan

	Localização no jornal	Política A4
	Número de linhas	126
	Localização do enunciado	15-21
	Enunciado	"Está em curso no Brasil um golpe. Então eu gostaria que o Mercosul e a Unasul olhassem esse processo", afirmou a presidente a jornalistas brasileiros em Nova York na tarde de ontem.
05/05/2016	Título da matéria	Relator defende afastar Dilma e rejeita tese de golpe
	Título da capa	Relator defende impeachment de Dilma e rejeita tese de golpe
	Autoria	Ricardo Brito, Isabela Bonfim e Luísa Martins
	Localização no jornal	Política A8
	Número de linhas	165
	Localização do enunciado	16-29
	Enunciado	"Nunca se viu golpe com direito à ampla defesa, ao contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF", afirmou Anastasia, ao ressaltar ser descabida a alegação que o impeachment é um mecanismo para prevenir "rupturas institucionais".
19/07/2016	Título da matéria	Dilma vê 'golpe militar' na Turquia e 'parlamentar' no Brasil
	Título da capa	Dilma compara golpe turco a impeachment
	Autoria	Francisco Carlos de Assis
	Localização no jornal	Política A6
	Número de linhas	110
	Localização do enunciado	23-36
	Enunciado	"eu acredito que estamos vivendo um golpe de Estado diferente do que aconteceu na Turquia, que vive na região um problema de guerra. A Turquia sofreu um golpe tipicamente militar. É preciso que a gente raciocine sobre as diferenças entre nós e o golpe lá, porque um dos maiores argumentos dos golpistas é que nós não vivemos um golpe porque não há armas e não existem tanques nas ruas."
29/08/2016	Título da matéria	Senado recebe Dilma hoje em clima de tensão
	Título da capa	Senadores prometem revide se Dilma falar em 'golpe'
	Autoria	Ricardo Brito
	Localização no jornal	Política A4
	Número de linhas	120
	Localização do enunciado	54-60
	Enunciado	

		<p>"(Falar em golpe) Será uma afronta à presença do ministro (do Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski. Você não pode admitir um golpe presidido pelo presidente da Corte Suprema", disse Cunha Lima</p>
--	--	--

Como proposto nos procedimentos, a primeira parte da análise destas reportagens se refere a: (I) localização das notícias: todas as matérias com a palavra golpe no título ou corpo que aparecem na primeira página; (II) áreas temáticas: todas as matérias encontradas e seus respectivos cadernos: esporte, cotidiano, internacional, etc.; (III) uso político: todas as matérias com uso político do termo – em contraste com sentidos figurados não diretamente ligados ao fato político, por exemplo, golpe de sorte; (IV) fato político: todas as matérias que retratam o processo de impedimento como golpe; (V) foco na experiência subjetiva: todas as matérias que trazem experiência ou interpretações pessoais do período entendido como golpe.

- (I) Localização das notícias: foram localizadas 15 reportagens contendo a palavra golpe no título ou no corpo na primeira página.
- (II) Áreas temáticas: todas as matérias encontradas estão situadas no caderno de política.
- (III) Uso político: a palavra golpe é expressa com uso político em todas as reportagens levantadas.
- (IV) Fato político: não há nenhuma matéria que retrata o processo de impedimento como golpe escrita pela redação do jornal. Quando a palavra golpe aparece, ela está sempre situada na forma de citação de um agente político. Segundo o sentido da citação, podemos levantar 8 reportagens com falas retratando o processo de impedimento como golpe, sendo uma matéria contendo fala do então ministro da justiça Eduardo Cardozo e outras 6 contendo fala de Dilma Rousseff.
- (V) Foco na experiência subjetiva: todas as matérias levantadas trazem experiência ou interpretações pessoais do período entendido como golpe.

Como pode-se perceber, o jornal O Estado de São Paulo não faz uso, através de sua redação, da palavra golpe. As palavras aparecem na citação de atores políticos, portanto torna-se indispensável analisar os sentidos da palavra golpe dentro do contexto de fala desses autores. Desta forma a segunda etapa analítica partiu da construção de eixos temáticos.

Os temas foram organizados em dois grandes eixos: discursos de legitimação e discursos de deslegitimação.

Discursos de legitimação

Foram encontradas 8 matérias com uso legitimador da relação golpe-impedimento, 7 delas se referindo à falas de Dilma Rousseff e outra se referindo a uma fala do então ministro da justiça Eduardo Cardozo.

A primeira matéria analisada foi veiculada dia 23/03/2016, seu título de capa é *Dilma endurece discurso; MTST quer radicalizar*, seu título de matéria é *No Planalto, Dilma endurece discurso e movimentos falam em radicalizar*. A matéria é de autoria de Tânia Monteiro e Carla Araújo. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A4. A matéria possui um total de 114 linhas e a localização do enunciado em questão está nas linhas 16-22. O enunciado em questão é “Em clima de confronto, a presidente avisou que ‘não cometeu crime nenhum’, que ‘não renuncia em hipótese alguma’ e repetiu seis vezes a palavra ‘golpe’ para se referir ao movimento pelo seu impedimento. De uma forma geral, sem dúvida, um discurso emitido pela presidência carrega com si um caráter de autoridade pessoal. O principal vínculo neste caso é com a comparação, a ideia de vincular o impedimento a um golpe faz necessariamente a associação com o golpe militar de 64, traduzindo neste caso por valores associados negativamente.

A segunda matéria analisada foi veiculada dia 25/03/2016, seu título de capa é *Dilma reafirma que não renunciará*, seu título de matéria é *Dilma diz à imprensa estrangeira que Lula estará no governo*. A matéria é de autoria de Isadora Peron.

Sua localização no jornal é no caderno de política, página A5. A matéria possui um total de 122 linhas e a localização do enunciado está entre as linhas 8 e 12. O enunciado em questão é “O intuito foi repisar o discurso de que ela não vai renunciar e de que está em curso no País um ‘golpe’ contra a democracia. Novamente, encontra-se aqui a legitimidade pessoal de um discurso emitido pela presidente da República. Há o uso da categoria de valores morais por comparação, ou seja, contrapõe se golpe à democracia, sendo carregada de um valor moral desejável e positivo, enquanto aquela se contrastaria negativamente.

A terceira matéria analisada foi veiculada dia 31/03/2016, seu título de capa é *‘É golpe’ ataca Dilma; para juristas, ‘sobram crimes’* e seu título de matéria é *Dilma usa ato oficial no Planalto para fazer duro ataque ao impeachment*. A matéria é de autoria de Isadora Peron, Murilo Rodrigues Alves, Rachel Gamarski e Pedro Venceslau. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A4. A matéria possui um total de 110 linhas e a localização do enunciado está entre as linhas 60 a 64. O enunciado em questão é “A constituição Federal exige que tenha de ter crime de responsabilidade. Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe.” Nesta categoria encontra-se a autorização pessoal por conta da figura da presidente da República e racionalização teórica através da definição. Neste caso há uma definição conceitual de golpe, que seria uma contradição à constituição federal.

A quarta matéria analisada foi veiculada dia 05/04/2016, seu título de capa é *Cardozo entrega defesa da presidente e fala em ‘golpe’* e seu título de matéria é *Cardozo entrega defesa e afirma que Cunha age por ‘vingança’*. A matéria é de autoria de Ricardo Brito, Daiene Cardoso e Victor Martins. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A5. A matéria possui um total de 134 linhas e o enunciado está entre as linhas 7 e 15. O enunciado em questão é “O ministro disse que o afastamento da presidente é um ‘golpe’ à Constituição de 1988 e numa estocada em duas ocasiões no vice-presidente Michel Temer, beneficiário direto de uma eventual saída de Dilma, disse que o novo governo não terá ‘estabilidade’ para conduzir o país.” Neste caso, a fala do então ministro da justiça Eduardo Cardozo representa uma figura de autoridade por recomendação. Sua figura de especialista, neste caso um jurista, confere peso e credibilidade à sua fala. Em específico

observa-se o uso de valores morais através da abstração, isto é, o golpe não é propriamente um afastamento da presidente Dilma Rousseff, mas um golpe contra a Constituição Brasileira.

A quinta matéria analisada foi veiculada dia 08/04/2016, seu título de capa é *Os vazamentos são premeditados e direcionados com claro objetivo de criar ambiente propício ao 'golpe'* e seu título de matéria é *Para Dilma, vazamentos são oportunistas*. A matéria é de autoria de Rachel Gamarski, Isadora Peron, Tânia Monteiro, Ricardo Brandt, Julia Affonso e Andreza Matais. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A5. A matéria possui um total de 94 linhas e o enunciado está situado entre as linhas 31-40. O enunciado em questão é “Os vazamentos são premeditados e direcionados com o claro objetivo de criar um ambiente propício ao golpe”, criticou a presidente durante ato com mais de mil mulheres contrárias ao impeachment, no Palácio do Planalto. Neste caso, os vazamentos fazem referência aos vazamentos de grampos da Polícia Federal no telefone de Dilma Rousseff. Ela utiliza os vazamentos como mecanismo pragmático para alcançar um objetivo, que seria o golpe. Esse recurso é categorizado como racionalidade instrumental de objetivo. Novamente, o status de presidente confere seu discurso legitimidade através da autoridade pessoal.

A sexta matéria analisada foi veiculada dia 13/04/2016, seu título de capa é *Dilma chama vice e Cunha de 'chefes do golpe'* e seu título de matéria é *Dilma chama vice de 'chefe do golpe'*. A matéria é de autoria de Gustavo Porto, Tânia Monteiro e Vera Rosa. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A6. A matéria possui um total de 129 linhas e o enunciado está situado entre as linhas 81-91. O enunciado em questão é “É uma atitude de arrogância e desprezo pelo povo. Se ainda havia uma dúvida que há um golpe de estado em andamento, não há mais’ Dilma disse não saber exatamente quem é o ‘chefe ou vice-chefe do golpe’ e que estão ‘tentando montar uma fraude para interromper no Congresso’ o mandato dela. A autoridade pessoal de presidente da República é conferida a sua fala junto com a classificação de valores morais de avaliação através dos adjetivos arrogância e desprezo, neste caso fazendo uma oposição ao sentido dado por Leuween e ao contrário de naturalidade, encontramos adjetivos com qualidade indesejáveis, útil no discurso de deslegitimação.

A sétima matéria analisada foi veiculada dia 23/04/2016, seu título de capa é *Dilma pede sanções de Mercosul e Unasul ao País* e seu título de matéria é *Nos EUA, Dilma fala em 'retrocesso' e em sanção ao Brasil no Mercosul*. A matéria é de autoria de Cláudia Trevisan. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A4. A matéria possui um total de 126 linhas e o enunciado está situado entre as linhas 15-21. O enunciado em questão é “‘Está em curso no Brasil um golpe. Então eu gostaria que o Mercosul e a Unasul olhassem esse processo’, afirmou a presidente a jornalistas brasileiros em Nova York”. Neste caso, há um pedido de discurso de orientação de efeito, ou seja, se pede para que tenha um efeito, no caso, sanções para o fato político golpe. Também há a legitimação através da autoridade pessoa da presidente da República.

A oitava e última matéria utilizada neste eixo temático foi veiculada dia 19/07/2016, seu título de capa é *Dilma compara golpe turco a impeachment* e seu título de matéria é *Dilma vê 'golpe militar' na Turquia e 'parlamentar' no Brasil*. A matéria é de autoria de Francisco Carlos de Assis. Sua localização no jornal é no caderno de política, página A6. A matéria possui um total de 110 linhas e o enunciado está situado entre as linhas 23-36. O enunciado em questão é “‘Eu acredito que estamos vivendo um golpe de Estado diferente do que aconteceu na Turquia, que vive na região um problema de guerra. A Turquia sofreu um golpe tipicamente militar. É preciso que a gente raciocine sobre as diferenças entre nós e o golpe lá, porque um dos maiores argumentos dos golpistas é que nós não vivemos um golpe porque não há armas e não existem tanques nas ruas’.” Neste caso, esta matéria representa o ultimo uso de legitimação através da autoridade pessoal da presidente da República. O enunciado indica o uso de valores morais pela comparação. Aqui vemos a comparação impeachment com o golpe militar na Turquia, o qual é visto com valor moral negativo na tentativa de construir semelhanças e legitimar a relação golpe-impedimento.

Discursos de deslegitimação

O segundo eixo temático se refere aos usos da palavra golpe como tentativa de deslegitimação. Uma matéria diz respeito especificamente a deslegitimação da tentativa de nomear Lula para ministro da casa civil durante o processo de impedimento. As outras 6 matérias aqui analisadas fazem referência ao processo de impedimento como forma de deslegitimar a associação golpe-impedimento.

A primeira matéria analisada neste eixo temático foi veiculada dia 14/12/2016, seu título de capa é *Protesto tem adesão menor e oposição se mobiliza para março* e seu título de matéria é *Impeachment estimula tucanos a irem às ruas*. A matéria é de autoria de Pedro Venceslau. Sua localização está situada no caderno de política, A5. A matéria possui um total de 70 linhas e o enunciado está situado entre as linhas 44 e 52. O enunciado em questão é “Outro senador tucano que fez discurso foi Aloysio Nunes Ferreira, candidato a vice na chapa de Aécio ‘Estou aqui para dizer que não vai ter golpe, vai ter impeachment. Queremos pôr fim a um governo que não deveria ter começado’, afirmou. A fala de qualquer membro do Senado confere uma legitimidade por autoridade pessoal. A fala específica do senador faz uso do discurso da racionalidade por explanação, ainda que não satisfazendo todos os critérios propostos por Leeuwen, ao explicar o processo como impeachment e não golpe. Além do mais, sua explanação se estende ao explicar que o afastamento se deve a um governo que não deveria nem ter começado fazendo uso de um valor moral negativo, isto é, algo que não deveria existir.

A segunda matéria analisada foi veiculada dia 20/03/2016 com o título de capa *FHC defende impeachment e diz que Lula é irresponsável* e o título de matéria *Diálogos são coisa de chefe de bandido*. A matéria é de autoria de Alberto Bombig. Sua localização é no caderno de política, página A5. A matéria possui um total de 82 linhas e o enunciado analisado se encontra entre as linhas 50-56. O enunciado em questão é “Aí tem um cheirinho de golpe, de golpe palaciano. A função de um ministro da Casa Civil é de coordenação administrativa.” O uso aqui palavra golpe não se refere ao processo de impedimento, mas sim à tentativa de nomear Lula

como ministro da casa civil. Neste caso, FHC, além de usar da sua autoridade por recomendação, isto é, não possui mais uma autoridade pessoal, mas sim pelo peso de sua atividade acadêmica – autoridade especialista – e pelo seu passado como presidente da república – autoridade exemplar. O uso da palavra golpe aqui é uma forma de abstração negativa, ao usar o adjetivo palaciano.

A terceira matéria analisada foi veiculada dia 27/03/2016 com o título de capa *Para OAB, tese de golpe ofende STF* e com título de matéria *Para OAB, tese de 'golpe' é ofensa ao STF*. A matéria é de autoria de Fausto Macedo, Ricardo Brandt e Mateus Coutinho. Sua localização é no caderno de política, página A7. A matéria possui um total de 128 linhas e o enunciado analisado está situado entre as linhas 19 e 32. O enunciado em questão é “Essa afirmação do governo, com tanta frequência, de que há um golpe em curso me parece ofensiva ao próprio Supremo Tribunal Federal. Se dizem que é golpe, então o Supremo, há poucos dias, regulamentou o golpe. Ou seja, tanto não é golpe que a instancia máxima da Justiça, numa sessão histórica, regulamentou o procedimento de impeachment. Isso acaba com a ladainha de golpe.” Neste caso, é interessante reparar que a fala não é atribuída diretamente a uma pessoa ou ator político, é atribuída a uma instituição. Aqui é a própria redação que faz uso da legitimação através da autoridade impessoal, neste caso, a Ordem dos Advogados do Brasil. O discurso aqui carrega o uso de racionalidade por explanação. A tentativa de deslegitimar o uso de golpe é através da explicação racional do processo institucional. Além do fato de se utilizar de uma abstração moral negativa ao utilizar o adjetivo ladainha para se referir ao uso de golpe.

A quarta matéria analisada foi veiculada dia 13/04/2016 com o título de capa *Golpe é romper com a constituição* e com título de matéria *Golpe é romper com o que está na constituição*. A matéria é de autoria de Eliane Cantanhêde. Sua localização é no caderno de política, página A7. A matéria possui um total de 188 linhas e o enunciado analisado se encontra entre as linhas 186 e 188. O enunciado em questão é “Golpe, na verdade, é só quando se rompe com a Constituição.” Como na matéria anterior, observa-se o uso da deslegitimação através do uso da racionalidade por explanação. A constituição neste caso carrega o valor moral

positivo e, portanto, golpe teria uma conotação negativa de ruptura. Existe ainda o uso da abstração negativa da palavra ruptura.

A quinta matéria analisada foi veiculada dia 22/04/2016 com o título de capa *Discurso de golpe prejudica imagem do País, diz Temer* e com título de matéria *Classificar impeachment como golpe prejudica a imagem do País, diz Temer*. A matéria é de autoria de Adriano Ceolin e Tânia Monteiro. Sua localização é no caderno de política, página A4. A matéria possui um total de 141 linhas e o enunciado analisado está entre as linhas 41 e 47. O enunciado em questão é “Vários ministros do Supremo Tribunal Federal disseram que o possível impeachment da presidente da República não representaria um golpe. É um processo constitucional”, acrescentou. Neste caso, Temer carrega toda sua legitimidade pelo cargo de vice-presidente como autoridade pessoal. Novamente, vemos um discurso de racionalidade com explanação. Neste caso, juízes do STF carregam o valor moral proposto na explanação como defensores de processos institucionais.

A sexta matéria analisada foi veiculada dia 05/05/2016. Seu título de capa é *Relator defende impeachment de Dilma e rejeita tese de golpe* e seu título de matéria é *Relator defende afastar Dilma e rejeita a tese de golpe*. A matéria é de autoria de Ricardo Brito, Isabela Bonfim e Luísa Martins. Sua localização é no caderno de política, página A8. A matéria possui um total de 165 linhas e o enunciado analisado está entre as linhas 16-29. O enunciado em questão é “Nunca se viu um golpe com direito à ampla defesa, ao contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF”, afirmou Anastasia, ao ressaltar ser descabida a alegação que o impeachment é um mecanismo para prevenir ‘rupturas institucionais’” Neste caso há o uso da autoridade pessoal, já que o enunciante é parlamentar. Percebe-se o uso recorrente da racionalidade para deslegitimação da associação golpe-impedimento. O enunciante faz uma explanação racional além de utilizar o recurso de valor avaliativo ao utilizar o adjetivo descabido.

A sétima e última matéria aqui analisada foi veiculada dia 29/08/2016. Seu título de capa é *Senadores prometem revide se Dilma falar em ‘golpe’* e seu título

de matéria é *Senado recebe Dilma hoje em clima de tensão*. A matéria é de autoria de Ricardo Brito. Sua localização é no caderno de política, página A4. A matéria possui um total de 120 linhas e o enunciado se encontra entre as linhas 54-60. O enunciado em questão é “*(Falar em golpe) Será uma afronta à presença do ministro (do Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski. Você não pode admitir um golpe presidido pelo presidente da Corte Suprema’, disse Cunha Lima.*” Neste caso, existe a autoridade pessoal de um Senador e o uso de avaliações morais. Primeiro, considera-se uma avaliação pelo uso da palavra afronta, sugerindo uma avaliação moral positiva da presença do ministro Lewandowski. Segundo pela avaliação de inadmissibilidade de sua presença.

4 Considerações finais

Apesar dos objetivos terem sido alcançados, muitas questões foram provocadas. Afinal, como este trabalho nos ajuda a entender a realidade da política e das atividades da grande mídia? Apesar das reportagens não fazerem uso da palavra golpe, é possível afirmar que elas não têm atuação política? Como a mídia dá vazão ao debate político? Todas essas questões foram levantadas ao longo deste trabalho e uma discussão sobre estes temas certamente completam esta dissertação.

De fato, o jornal O Estado de S. Paulo não faz uso da palavra golpe em sua redação, mas tem intenções políticas e age sobre elas, principalmente sobre a narrativa do uso legalista – através do uso da racionalidade por explanação - da palavra impeachment em suas matérias. A mídia é um campo de batalha que demonstra uma disputa da narrativa sobre fatos sociais. Essa batalha é travada sob táticas discursivas de legitimação. Sem dúvida, os opositores do uso de golpe como impedimento fazem uso de táticas muito mais diversificadas. Mesmo assim, o jornal não permanece neutro nesta disputa, ele é um ator político e influencia o debate.

Para começar a esclarecer esse debate, partiu-se de um autor recente sobre o tema. O objetivo aqui é validar e aprofundar as evidências apresentadas até então para entender um pouco mais sobre as questões levantadas. Sob uma perspectiva que enlaça instituições como mídia, discurso político e legitimidade, trazemos Jessé Souza, sociólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Jessé Souza, em seu livro *A Radiografia do golpe*, de 2016, desenvolve sua tese para:

[...] mostrar como a exploração material de todo um povo só é possível com a colonização de seu espírito e de sua capacidade de refletir. Sem isso não entenderemos como classes sociais inteiras agiram de modo contrário aos seus interesses e, sob o pretexto de combater a corrupção, acordaram no dia seguinte ao golpe com um sindicato de ladrões mandando no país. (SOUZA, 2016).

Essa colonização de espírito só pode ser veiculada através da grande mídia: é ela que dá vazão a esse discurso para atingir o cidadão colonizado. Nesse sentido, o autor corrobora com os achados e os procedimentos desta pesquisa quando afirma que:

Se o mundo social é regido por interesses materiais e ideais e pela apropriação – positiva ou negativamente privilegiada – destes pelos diversos segmentos e classes sociais, essa apropriação precisa ser “legitimada” (SOUZA, 2016)

A legitimação é a arma pela qual se trava a luta pela narrativa hegemônica, e segundo o autor, a colonização do espírito para sustentar uma elite política corrupta. E essa corrupção é sempre o mote de um golpe de estado, pois é um discurso facilmente legitimado, ele se presta sem esforço a ser legitimado como inimigo político da sociedade. Essa aliança entre os beneficiários do golpe com a mídia é costurada por Jessé da seguinte forma:

Os interesses financeiros de meia dúzia de pessoas precisam primeiro colonizar nosso espírito para depois poderem assaltar nosso bolso e drenar os recursos de toda a sociedade – por meios legais e ilegais – para o bolso de uma elite mesquinha que sempre foi indiferente ao destino do país. A elite do dinheiro é antes de tudo a elite financeira, que comanda os grandes bancos e fundos de investimento. É a ela que as outras frações de endinheirados, como a fração do agronegócio, da indústria e do comércio, confiam seu lucro. Todas as frações de endinheirados ganham mesmo é com as taxas de juros exorbitantes, que significam uma espécie de “taxa extra” associada aos preços do mercado. Todas as outras classes pagam essa taxa a esta ínfima elite. Isso obviamente, não aparece nunca nos jornais ou telejornais cujos articulistas econômicos são pagos direta ou indiretamente por essa mesma elite para legitimar esse saque ao bolso coletivo. (SOUZA, 2016)

Os achados da pesquisa, ora concluída trazem evidências que corroboram o argumento de Jessé Souza.

Podemos também levantar evidências da atuação política da redação, principalmente pela escolha de se aliar a grupos políticos contrários à narrativa do golpe.

Durante a pesquisa deste trabalho, foram encontradas matérias que utilizam a palavra golpe como narrativa de fato político. Nestes casos, golpe, ou melhor, golpe militar, estava sempre associado à política da Turquia. Isto é claro na matéria veiculada dia 16/07/2016 com título de capa *Tentativa de golpe militar mata 42 na Turquia e assusta potências*, ou na matéria veiculada no dia seguinte intitulada *Tentativa de golpe militar na Turquia deixa 265 mortos*. Ou seja, não há evidências de que a redação do jornal O Estado de S. Paulo se recuse a utilizar a palavra golpe para fatos políticos, seu uso, ou a ausência deste é determinado por uma parcialidade do discurso.

O que se torna claro é o uso da grande mídia como campo de batalha para domínio das narrativas políticas. Há um papel inadvertido das mídias de fazer circular repertórios linguísticos: apesar do impedimento não ser interpretado com golpe no caso do jornal O Estado de S. Paulo, a palavra golpe continua a ser um repertório passível de ser usado para dar sentido a um fato político – como no caso da Turquia. Ou seja, a mídia, pela escolha de seus jornalistas e por sua proposta editorial, pode alinhar-se politicamente na direção de construir uma narrativa hegemônica. Contudo, as palavras não pertencem a ninguém e podem servir a outras construções nesse campo de batalha sobre o domínio das narrativas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em <https://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em 27 jul. 2018.

DICIONÁRIO Analógico da Língua Portuguesa: Idéias Afins. Direção de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2016.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. In **Distúrbios da comunicação**, São Paulo, 25(1): 129-136, abril, 2013.

GOLPE. In: HOUAISS, Antonio (Ed.). **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010. p. 391.

GOLPE DE ESTADO. In Bobbio, Norberto (Ed.) **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora UNB, 2009. p. 545.

GOMES, Laurentino. 1964: golpe ou revolução. **El País**. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/26/opinion/1395847968_469405.html> Acesso em 27 jul. 2018.

LEEUWEN, Theo van. **Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

MENDES, VINICIUS. 15 de novembro, Proclamação da República: por que historiadores concorram que monarquia sofreu um 'golpe'. **BBC Brasil**. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41991813>> Acesso em 27 jul. 2018.

O ESTADO DE S. PAULO. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>>. Acesso em 29 jul. 2018

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Eldenstein, 2010. Disponível em:

<<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>.

Acesso em: 22 nov. 2015.

SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. SPINK, M. J. P. (org.). 1 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In: **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. SPINK, M. J. P. (org.). 1 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MELLO, R. P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, 2002, 15(1), pp.151-164.

SOUSA, JESSÉ. **A Radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.